



**FENIKSO NIGRA**

**DANÇAS DAS IDÉIAS**

**2026**

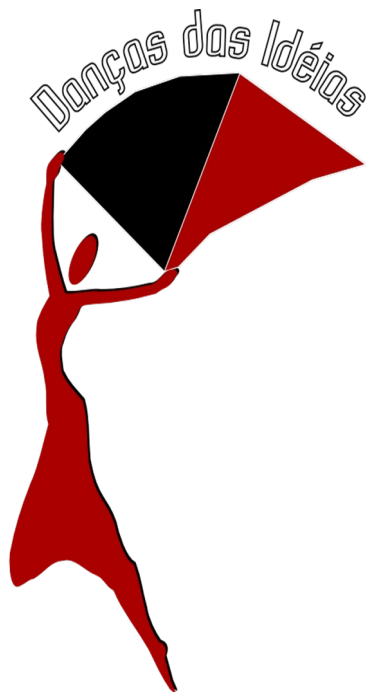
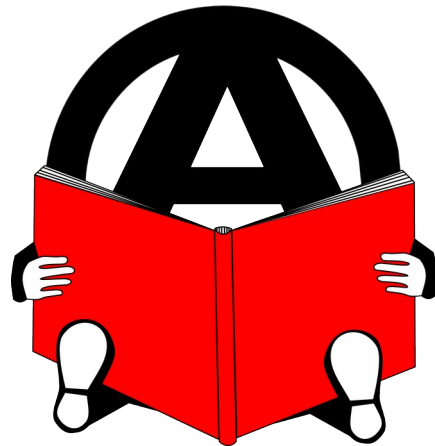


# **Desnaturalizar o Poder**

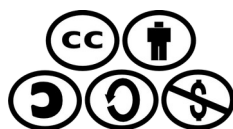
**Fenikso Nigra**

**Danças das Ideias  
2026**

**Por Fenikso Nigra  
diagramação Barricada Libertária  
Campinas/SP-Brasil, 2026**



<https://anarkio.net>  
e-mail: [lobo@riseup.net](mailto:lobo@riseup.net)



# Desnaturalizar o Poder

## Sumário

INTRODUÇÃO: Por que desnaturalizar?.....	7
PARTE I - FUNDAMENTOS: A CONSTRUÇÃO DA SUBMISSÃO.....	12
A Ilusão da Necessidade.....	12
Autoridade: por que obedecemos?.....	13
Educação: fábrica de obediência.....	15
Família: célula do Estado ou espaço de afeto?.....	16
Divindades não precisam de interlocutores, desconfie.....	18
PARTE II - INSTITUIÇÕES POLÍTICAS: A MAQUINARIA DO CONTROLE.....	20
Política não é participação, é administração de obediência.....	20
Democracia: escolha ou controle consentido?.....	21
Democracia: quem decide de verdade?.....	22
Complexidade não exige hierarquia.....	23
Democracia direta tem limites — representativa também.....	23
Transição não é mágica — é construção.....	23
Direitos conquistados não justificam a estrutura.....	24
A verdadeira escolha.....	24
O Estado existe para proteger quem?.....	25
O Estado não é proteção: é monopólio da violência.....	26
A Ilusão da Neutralidade Judicial.....	28
Partidos: domesticação da revolta.....	29
Fronteiras não são linhas: são filtros de poder.....	31
As fronteiras não são iguais — mas servem à mesma lógica.....	31
A violência como política.....	32
Fronteiras internas.....	32
O falso dilema.....	33
Caminhos que já existem.....	33
Escalar a hospitalidade, não o controle.....	33
Pertencimento sem propriedade.....	34
PARTE III - ECONOMIA E EXPLORAÇÃO: PODER EM ESTADO BRUTO.....	35
Economia não é neutra: é política em estado bruto.....	35
Propriedade não é direito: é relação de poder.....	36
Caminhos para além da propriedade.....	37
Substituir domínio por mutualidade.....	37
Trabalho não é dignidade quando é coerção.....	38
Mercado livre para quem?.....	39
Sindicalismo: ferramenta de luta ou de contenção?.....	40
PARTE IV - CONTROLE COTIDIANO: PODER QUE NÃO SE VÊ.....	42
Mídia: quem controla a narrativa controla a realidade.....	42
Capitalismo de Vigilância: A Nova Arquitetura do Controle.....	44
PARTE V - CAMINHOS DE TRANSFORMAÇÃO: ALÉM DA JAULA.....	46
Reformismo: por que consertar a jaula não liberta.....	46

Ação direta: quando parar de pedir permissão.....	48
Não existe dia da revolução.....	51
PARTE VI - VIOLÊNCIA E LEGITIMIDADE: QUEBRANDO TABUS.....	56
Quem decide o que é violência?.....	56
Pacifismo não é princípio: é privilégio.....	61
POSFÁCIO: E agora?.....	65
NOTAS PARA LEITURA COMPLEMENTAR.....	72
Textos Clássicos:.....	72
Textos Contemporâneos:.....	72
História e Experiências:.....	73
Filosofia e Método:.....	73
Coletâneas em Português:.....	73
GLOSSÁRIO DE CONCEITOS ANARQUISTAS.....	73



# INTRODUÇÃO: Por que desnaturalizar?

Você já parou para pensar por que obedece?

Não em situações específicas.

Mas como estrutura geral da vida.

Por que acorda em horários que não definiu, trabalha em condições que raramente participou de decidir, paga impostos para prioridades públicas que quase nunca ajudou a estabelecer, segue leis cuja elaboração permanece distante?

Por que parece tão normal que algumas pessoas decidam e outras apenas cumpram?

A resposta mais comum costuma ser simples:

Porque sempre foi assim.

Porque é necessário.

Porque sem hierarquia, ordem ou autoridade, tudo se desorganizaria.

Essa resposta oferece segurança.

Mas talvez explique menos do que parece.

Porque muitas das estruturas que hoje parecem inevitáveis são, na verdade, históricas.

Foram produzidas.

Mudaram ao longo do tempo.

E continuam mudando.

Este livro parte de um exercício simples, embora radical: desnaturalizar o poder.

Desnaturalizar significa retirar algo do campo do inevitável.

Significa observar aquilo que parece natural e perguntar:

Como isso se formou?

Quem se beneficia?

Quem paga seus custos?

Que outras formas já existiram?

O poder se naturaliza quando deixa de ser percebido como relação histórica e passa a parecer parte da própria ordem do mundo.

Quando quem controla o trabalho alheio aparece não como alguém que se beneficia de uma relação desigual, mas como quem "gera oportunidades".

Quando o Estado aparece apenas como proteção, e não também como estrutura que concentra decisão e força.

Quando a propriedade privada aparece como extensão natural da liberdade, sem que se observe quantas exclusões ela produz.

Esse processo de naturalização é uma das formas mais eficazes de estabilidade social.

Não porque convença plenamente.

Mas porque se repete o suficiente para parecer evidente.

Aprende-se isso cedo.

Na escola.

Na família.

Na linguagem cotidiana.

Nas instituições religiosas.

Nos meios de comunicação.

Nas leis.

E, sobretudo, na experiência prática de crescer em um mundo já organizado dessa maneira.

Mas essa evidência nunca foi absoluta.

Em diferentes momentos históricos, pessoas comuns perceberam que certas autoridades não eram inevitáveis.

Que reis não governavam por natureza.

Que trabalho assalariado não era destino universal.

Que formas políticas existentes não esgotavam todas as possibilidades de vida coletiva.

Quando isso aconteceu, surgiram experiências novas.

Algumas transformaram profundamente seu tempo.

Outras foram derrotadas.

Muitas desapareceram quase sem registro.

Mas todas partiram de um mesmo movimento:

interromper a aparência de naturalidade da própria submissão.

Este livro não oferece um manual de revolução.

Também não apresenta um modelo fechado de sociedade futura.

Não propõe fórmula única.

Seu objetivo é mais específico:

examinar criticamente os mecanismos que fazem certas formas de poder parecerem inevitáveis.

Mostrar que Estado, propriedade, trabalho assalariado, fronteiras, hierarquias e sistemas de representação política são construções históricas.

Que surgiram em contextos específicos.

Que coexistiram — e ainda coexistem — com outras formas de organização.

E que podem ser transformadas.

A perspectiva adotada aqui parte de uma tradição específica do pensamento libertário: o anarquismo sintetista.

Isso implica algumas escolhas.

Primeiro:

a recusa de formas de dominação que se reforçam mutuamente.

Não apenas a dominação estatal, mas também relações econômicas, patriarcais, raciais e coloniais.

Porque nenhuma hierarquia existe isoladamente.

Segundo:

a valorização de formas horizontais de organização, autogestão, federalismo e ação direta.

Não como dogma, mas como campo histórico de experimentação social.

Terceiro:

o reconhecimento de que tradições libertárias diferentes oferecem contribuições complementares.

Anarco-comunismo, anarco-sindicalismo, individualismo libertário, ecologia social e outras correntes não precisam ser reduzidas a uma única ortodoxia.

Há tensões entre elas.

Mas também possibilidades de composição.

Cada texto desta série pode ser lido separadamente.

Ainda assim, existe uma progressão.

Começamos pelos processos cotidianos de aprendizagem da obediência:  
infância, escola, família, religião.

Depois passamos às instituições políticas:

Estado, democracia representativa, justiça, partidos, fronteiras.

Em seguida, às estruturas econômicas:

propriedade, trabalho, mercado, sindicalismo.

Depois, às formas contemporâneas de controle:

mídia, tecnologia, circulação de informação.

Mais adiante, às possibilidades de transformação:

ação direta, reforma, ruptura, revolução.

E finalmente, a temas que costumam ser evitados:

violência, pacifismo e conflito político.

Este livro foi escrito principalmente para quem não se reconhece como anarquista.

Para quem considera o poder necessário.

Para quem associa ausência de Estado ao caos.

Para quem supõe que sem comando não há coordenação.

Se essas ideias ainda parecem evidentes, isso não impede o diálogo.

Ao contrário.

É justamente aí que ele começa.

O objetivo aqui não é substituir uma certeza por outra.

Nem trocar uma naturalização por nova doutrina fechada.

É abrir perguntas.

Examinar exemplos históricos.

Comparar experiências.

Mostrar que aquilo que hoje parece inevitável talvez seja apenas familiar.

Se ao final houver discordância, isso faz parte.

Mas talvez algumas evidências deixem de parecer tão sólidas.

Talvez certas obediências deixem de parecer automáticas.

Talvez a hierarquia deixe de aparecer como única forma imaginável de organização.

Porque outro mundo não depende apenas de desejar mudanças.

Depende também de perceber que o mundo atual não é natural.

Foi construído.

Mantido.

Reproduzido.

E, justamente por isso, pode ser transformado.

Desnaturalizar o poder é um começo.

O resto depende do que fazemos com essa percepção.

Vamos começar!



# PARTE I - FUNDAMENTOS: A CONSTRUÇÃO DA SUBMISSÃO

## A Ilusão da Necessidade

Você acorda, vai trabalhar, paga impostos, obedece leis que não escolheu. Parece natural, não é? Como respirar ou sentir fome. Mas não é. Nada disso é natural.

O poder se naturalizou na nossa percepção como o ar que respiramos. Aceitamos que alguém precise mandar e que a maioria precise obedecer. Aceitamos hierarquias no trabalho, na política, na família. Dizem que sempre foi assim, que precisa ser assim. Mentem.

Durante milênios, comunidades humanas se organizaram sem Estados, sem patrões, sem polícia. Os Mbuti da África Central, os Hadza da Tanzânia, centenas de sociedades pelo mundo demonstraram que a organização horizontal não é utopia — é registro histórico. A Ucrânia livre de Nestor Makhno, entre 1918 e 1921, coordenou milhões de pessoas sem governo central. A Catalunha revolucionária de 1936 coletivizou fábricas e fazendas enquanto enfrentava fascistas e stalinistas. Rojava, no norte da Síria, constrói hoje uma sociedade sem Estado em meio à guerra.

Esses exemplos não são perfeitos. Nenhuma organização humana é. Mas destroem o mito de que precisamos de chefes para não cair no caos.

O truque está em confundir organização com hierarquia. Você consegue organizar um churrasco com amigos sem eleger um ditador do churrasco. Consegue coordenar um mutirão, planejar uma viagem, criar filhos em parceria. Faz isso constantemente. A cooperação voluntária funciona na sua vida cotidiana — mas dizem que no “mundo real” isso é impossível.

O mundo real? Este aqui, onde corporações destroem o planeta com aval dos governos? Onde pessoas morrem de fome enquanto se desperdiça um terço da comida produzida? Onde a democracia representativa nos dá a escolha ilusória entre variações do mesmo sistema?

A naturalização do poder é uma conquista ideológica impressionante. Conseguiram fazer bilhões de pessoas acreditarem que a submissão é inevitável, que a exploração é necessária, que a liberdade verdadeira é perigosa. Ensinarão isso nas escolas, repetiram na mídia, codificaram nas leis.

Mas toda naturalização é artificial. Alguém construiu essa percepção, e alguém pode desconstruí-la.

Quando você questiona um chefe, quando recusa uma ordem injusta, quando organiza com colegas sem esperar permissão — está desnaturalizando o poder. Quando percebe que toda autoridade precisa de sua obediência para existir, o feitiço começa a quebrar.

A revolução não começa com a tomada do poder. Começa quando paramos de acreditar que o poder é necessário. Quando entendemos que organização não requer dominação, que segurança não requer vigilância, que prosperidade não requer exploração.

Nada do que nos oprime é natural. Tudo foi construído, e tudo pode ser destruído. A primeira demolição acontece na cabeça: parar de ver correntes como se fossem parte do corpo. Depois vem o resto.

O poder só parece inevitável para quem esqueceu de questionar.

## **Autoridade: por que obedecemos?**

Dizem que a autoridade é necessária porque as pessoas seriam caóticas por natureza. Essa história não apenas inverte a realidade — ela a legitima. Não obedecemos apenas porque seríamos perigosos; obedecemos sobretudo porque fomos ensinados a ser governáveis. A autoridade raramente nasce do consenso — ela é produzida, treinada, ritualizada e incorporada até parecer natural. Antes de perguntar quem deve mandar, é preciso perguntar por que aceitamos determinadas formas de comando e quem se beneficia dessa aceitação.

Obedecer não é um ato puramente individual; é uma relação social estruturada. Desde cedo aprendemos que segurança vem de seguir ordens, que proteção exige submissão, que disciplina vale mais que autonomia. Na escola, no trabalho, na família e nas instituições, somos treinados a reconhecer hierarquias e a internalizar seus limites. O medo da punição molda comportamentos, mas é a promessa de recompensa que consolida a obediência: notas, promoções, reconhecimento, “respeito”. Assim, o poder não precisa estar sempre armado — ele se incorpora em nossas expectativas, nossos hábitos e nossos medos.

Nem toda autoridade opera do mesmo modo. Há a autoridade coercitiva do Estado que pune, a autoridade institucional da escola que molda, a autoridade “técnica” que prescreve, e formas de liderança baseadas em reconhecimento. Coordenação e conhecimento podem ser necessários — o problema surge quando essas relações se cristalizam em posições permanentes de mando, opacas e imunes à contestação. A questão central não é “quem sabe mais”, mas quem decide e por quê.

A autoridade mais eficaz é aquela que se torna invisível. Ela se apresenta como técnica, neutralidade, eficiência, profissionalismo. Não é o chefe que manda — são “as regras da empresa”. Não é o Estado que oprime — é “a lei”. Não é o mercado que impõe — é “a realidade”. Quanto mais impessoal o comando, menos questionável ele parece. A

despersonalização do poder transforma escolhas políticas em fatalidades técnicas, e assim protege a dominação sem precisar nomeá-la.

No cotidiano, obedecemos mesmo quando sabemos que a ordem é injusta. Cumprimos metas absurdas, aceitamos humilhações, silenciemos diante de abusos, justificamos desigualdades. Muitas vezes não porque concordamos, mas porque avaliamos que o preço da recusa é alto demais: perder emprego, moradia, segurança ou posição social. A autoridade vive dessa chantagem permanente — estabilidade em troca de autonomia. Reconhecer isso não é fraqueza; é entender como o poder opera através de constrangimentos materiais reais, como vimos no trabalho, no mercado e na propriedade.

Também aprendemos a reproduzir a autoridade entre nós. Fiscalizamos comportamentos, cobramos conformidade, denunciemos desvios, exigimos respeito hierárquico. O sistema não precisa vigiar todo mundo — basta que cada qual vigie a si e aos demais. Assim, a dominação se espalha horizontalmente enquanto o poder permanece concentrado no topo.

Mas a obediência nunca é total. Ela é frágil, instável, constantemente produzida e renovada. Uma greve, uma ocupação, uma recusa coletiva podem fazer a autoridade tremer — ainda que enfrentem repressão, cooptação e divisão interna. Quando pessoas descobrem que podem agir juntas sem pedir permissão, o feitiço se rompe. O poder depende de nossa cooperação contínua; sem ela, precisa recorrer cada vez mais à força bruta, revelando sua própria fragilidade.

Questionar a autoridade não é propor caos, nem trocar um chefe por outro. É recusar a lógica que separa sistematicamente quem decide de quem vive as consequências. É construir formas de organização baseadas em responsabilidade compartilhada, deliberação direta e apoio mútuo — onde decisões sejam tomadas por quem é afetado por elas, com transparência e possibilidade real de contestação.

Isso não significa negar coordenação ou conhecimento. Significa rejeitar sua transformação em privilégios permanentes. Sociedades complexas precisam de organização — mas essa organização não precisa ser vertical, opaca e irrevogável. Ela pode ser rotatória, transparente e sempre passível de revogação. Experiências históricas de autogestão — das comunas operárias às cooperativas contemporâneas — mostram que é possível, ainda que com desafios reais: decidir em escala sem excluir, lidar com dissenso sem impor, evitar que novas elites informais se consolidem.

Essas dificuldades não invalidam a busca por alternativas — elas mostram que a ruptura com a autoridade é um processo, não um gesto único. Libertar-se de formas opressivas de autoridade exige romper com a obediência como virtude automática e construir, na prática, capacidades coletivas de autodeterminação. Exige distinguir entre autoridade imposta (baseada em coerção ou privilégio) e autoridade reconhecida, sempre provisória, baseada em competência, confiança e controle coletivo.

A verdadeira pergunta não é “quem deve governar?”, mas como podemos decidir juntas sobre o que nos afeta. Na luta por autonomia coletiva, construímos dignidade e liberdade — não como indivíduos isolados, mas como pessoas capazes de cooperar sem tutelas, sem donos, sem comandos que não possamos questionar.

Na luta somos pessoas dignas e livres!

## **Educação: fábrica de obediência**

Sente em fileiras. Levante a mão para falar. Peça permissão para ir ao banheiro. Decore o que mandam. Repita na prova. Obedeça o sinal. Respeite a autoridade do professor, do diretor, do sistema. Chamam isso de educação. É treinamento para a submissão.

A escola moderna não foi desenhada para libertar mentes. Foi desenhada para produzir trabalhadores obedientes e cidadãos domesticados. A estrutura revela a função: hierarquia rígida, horários inflexíveis, currículos impostos, punições para quem questiona. Não é acidente. É projeto.

No século XIX, quando a industrialização exigia massas disciplinadas para as fábricas, a educação compulsória se expandiu pela Europa e América. Prussiana na origem, a escola pública tinha objetivos claros: criar súditos leais ao Estado e operários pontuais para o capital. Friedrich Froebel, pedagogo alemão, foi explícito: a educação deveria produzir “unidade nacional” através da obediência coletiva. A fábrica e a escola nasceram gêmeas.

Observe a arquitetura. Carteiras enfileiradas, todas voltadas para a autoridade na frente. Impossível conversar com quem está ao lado sem desobedecer a orientação do espaço. Cada sala, uma linha de montagem de comportamentos padronizados. Cada série, uma etapa do processo produtivo. No fim, um diploma: certificado de que você aprendeu a obedecer por tempo suficiente.

O currículo não é neutro. História ensina a versão dos vencedores. Geografia naturaliza fronteiras como se fossem formações geológicas. Educação moral civiliza impulsos de solidariedade espontânea em obrigações abstratas. Ciência se apresenta como verdade única, método universal, autoridade inquestionável. Questionamento crítico? Apenas dentro dos limites permitidos. Nunca sobre a estrutura da própria escola.

Quando Francisco Ferrer criou a Escola Moderna em Barcelona, no início do século XX, propôs algo radicalmente diferente: educação sem punições, sem competição, sem hierarquias rígidas. Crianças aprendendo por curiosidade, não por coerção. Conhecimento como ferramenta de libertação, não de domesticação. O Estado espanhol o fuzilou em 1909. A acusação oficial foi conspiração anarquista. O crime real foi provar que educação livre era possível.

Hoje, alternativas pedagógicas libertárias existem nas margens: escolas democráticas onde estudantes decidem regras, pedagogias baseadas em autonomia, projetos de educação popular. São exceções que provam a regra. O sistema dominante continua produzindo o que sempre produziu: pessoas treinadas para aceitar ordens, para não confiar no próprio pensamento, para competir em vez de cooperar.

Dizem que educação é libertadora. Pode ser. Mas não essa educação. Não a que mede inteligência por capacidade de memorização. Não a que pune divergência e recompensa conformidade. Não a que prepara para encaixar em hierarquias, não para destruí-las.

Educação libertadora ensina a questionar toda autoridade, inclusive a do professor. Estimula experimentação, erro, dúvida. Reconhece que conhecimento não é propriedade de especialistas, mas construção coletiva. Não prepara para o mercado de trabalho — prepara para transformar as relações de trabalho.

A escola que temos não é falha no projeto de libertar. É sucesso no projeto de controlar. Cada geração passa anos aprendendo que existe hora certa para tudo, que autoridade deve ser respeitada, que rebeldia é imaturidade a ser superada.

Quando finalmente saem, estão prontas. Prontas para a fábrica, para o escritório, para a cadeia de comando. Prontas para votar e obedecer. Prontas para chamar liberdade de irresponsabilidade e submissão de maturidade.

Educação não deveria produzir funcionários. Deveria produzir rebeldes.

## **Família: célula do Estado ou espaço de afeto?**

Dizem que a família é sagrada. Natural. Base da sociedade. Berço do amor incondicional. Mas observe com atenção: essa instituição que romantizam funciona como primeira escola de hierarquia, obediência e submissão. Não por acidente. Por design.

A família nuclear moderna — pai, mãe, filhos sob o mesmo teto, unidade econômica fechada — não existiu sempre. É invenção recente, consolidada com o capitalismo industrial. Antes, crianças circulavam entre parentesco estendido, comunidades criavam coletivamente, laços de sangue importavam menos que laços de cooperação. A privatização da reprodução social dentro da família serviu a propósitos específicos: produzir trabalhadores disciplinados e cidadãos obedientes.

Pense na estrutura. No topo, a autoridade paterna (historicamente masculina, ainda dominante). Abaixo, a mãe com funções definidas. Na base, crianças sem voz nas decisões que afetam suas vidas. Hierarquia clara, inquestionável. A criança aprende desde o berço: existem pessoas que mandam e pessoas que obedecem. Contestar autoridade familiar é “rebeldia”, “falta de respeito”, “ingratidão”. Mesmas acusações que o Estado usa contra quem o desafia.

O direito de família codifica essa hierarquia. Até poucas décadas atrás, pais tinham “pátrio poder” — literalmente, poder patriarcal sobre filhos, reconhecido em lei. Podiam bater, controlar, dispor. Mulheres eram propriedade legal dos maridos. Mudou? Parcialmente. A estrutura permanece: família é unidade onde adultos exercem autoridade sobre crianças com aval estatal. O Estado só intervém quando a violência ultrapassa limites toleráveis — limites que ele define.

A função econômica é transparente. A família é responsável por custear, alimentar, educar, cuidar de seus membros. Privatiza custos que poderiam ser coletivos. Quando falha, a culpa é individual: “pais irresponsáveis”, “família desestruturada”. Nunca é o sistema que força pessoas a trabalharem tanto que não têm tempo para criar vínculos, que paga salários insuficientes para sustentar dependentes, que mercantiliza cuidado transformando afeto em trabalho não remunerado.

Mulheres conhecem bem essa conta. A família patriarcal as aprisiona em trabalho doméstico gratuito, cuidado invisibilizado, reprodução compulsória. Lavam, cozinham, cuidam, educam — tudo sem salário, sem reconhecimento, sem escolha real. O capitalismo depende desse trabalho não pago para reproduzir a força de trabalho. A família é a fábrica onde se produz o trabalhador de amanhã, e mães são operárias sem direitos.

Comunidades tradicionais, antes da colonização capitalista, organizavam criação de forma coletiva. Crianças eram responsabilidade comunal, não propriedade parental. Em Rojava, no norte da Síria, experimentam hoje “casas de mulheres” onde se reorganiza reprodução social fora da família nuclear. Comunas históricas anarquistas aboliram divisão rígida entre público e privado, entre minha criança e nossa criança.

Isso não significa abolir afeto. Significa separar amor de propriedade. Vínculos profundos podem existir — devem existir — sem hierarquia, sem autoridade permanente de uns sobre outros. Crianças podem ser amadas sem serem possuídas. Adultos podem se relacionar sem contratos estatais que definem quem pertence a quem.

A família oprime especialmente quem não se encaixa no molde: pessoas queer expulsas de casa, mulheres presas em casamentos violentos por dependência econômica, crianças abusadas em silêncio porque “roupa suja se lava em casa”. A privacidade familiar é muro que esconde violência. O que acontece dentro de casa fica dentro de casa — até que alguém morra.

O Estado adora a família nuclear. Ela transfere custos, reproduz hierarquia, isola pessoas. Em vez de redes de apoio mútuo, cada unidade familiar luta sozinha pela sobrevivência. Competem por recursos, acumulam bens, defendem propriedade. A solidariedade vira exceção, não regra.

Família pode ser escolha, não obrigação. Afeto pode ser base de organização livre, não prisão emocional. Mas isso exige destruir a família como instituição de controle e reconstruir vínculos em bases radicalmente diferentes: voluntárias, horizontais, revogáveis.

Enquanto confundirmos amor com autoridade, afeto com propriedade, cuidado com sacrifício compulsório — a família seguirá sendo célula do Estado, não espaço de liberdade.

Questione quem diz que você deve obediência por compartilhar sangue ou sobrenome.

## **Divindades não precisam de interlocutores, desconfie.**

A espiritualidade pode ser busca pessoal, experiência íntima, conexão com algo maior. Religião organizada é outra coisa. É hierarquia sacerdotal, dogma imposto, instituição que promete céu e entrega submissão. Confundir as duas é o truque que mantém templos cheios e fiéis obedientes.

Observe a estrutura. No topo, autoridade divina — inacessível, inquestionável, absoluta. Logo abaixo, intermediários: padres, pastores, rabinos, imãs, monges. Guardiões do sagrado, intérpretes exclusivos da vontade divina. Na base, a massa de crentes. Sua função: obedecer, contribuir, acreditar. Hierarquia perfeita, justificada pelo sobrenatural. Questionar o padre é questionar Deus. Resistir à igreja é condenar a alma.

Essa arquitetura de poder não caiu do céu. Foi construída, refinada, imposta ao longo de séculos. O cristianismo primitivo, comunidades descentralizadas de seguidores de um profeta crucificado pelo Império Romano, transformou-se em Igreja institucionalizada quando Constantino percebeu sua utilidade política. No século IV, o cristianismo virou religião de Estado. Bispos ganharam poder temporal, concílios definiram ortodoxia, heresias foram perseguidas. A promessa de igualdade espiritual virou justificativa para hierarquias terrestres.

A fórmula se repete. Islã nasce com impulso igualitário, mas califados consolidam poder dinástico. Budismo prega desapego, mas mosteiros acumulam riqueza e influência. Judaísmo rabínico centraliza interpretação da Torah em autoridades masculinas. Hinduísmo codifica castas como ordem divina. Sempre o mesmo padrão: experiência espiritual vira instituição, instituição vira poder, poder exige obediência.

A função política é explícita. “Dai a César o que é de César” — Jesus ensinando submissão ao Estado. “Toda autoridade vem de Deus” — Paulo instruindo crentes a obedecerem governantes. Durante milênios, reis se coroavam por direito divino. Sacerdotes abençoavam exércitos, legitimavam conquistas, justificavam escravidão. Quando camponeses se revoltavam, padres pregavam resignação: sofrimento terrestre, recompensa celeste. Fórmula perfeita de controle social.

A Inquisição queimou hereges. Cruzadas massacraram infiéis. Colonizadores cristianizaram povos indígenas — batismo ou morte. Missionários destruíram cosmologias inteiras, apagaram conhecimentos ancestrais, impuseram um Deus estrangeiro. Tudo em nome

do amor divino. A violência religiosa não é desvio da doutrina. É ferramenta de expansão institucional.

Hoje a forma mudou, a função permanece. Igrejas evangélicas arrecadam bilhões prometendo prosperidade, elegem bancadas parlamentares, legislam moralidade alheia. Vaticano acumula riqueza enquanto prega pobreza. Estados islâmicos impõem sharia com violência estatal. Nacionalismo hindu persegue muçulmanos. Sionismo religioso justifica ocupação. Sempre o mesmo movimento: capturar anseio espiritual, transformá-lo em poder institucional, usar esse poder para controlar comportamento e perpetuar hierarquia.

Religião organizada ama aliança com Estado. Oferece legitimação sobrenatural para ordem temporal. Recebe em troca proteção legal, isenção fiscal, monopólio sobre ritual. Casamentos precisam de bênção religiosa ou estatal — às vezes ambas. Nascimento e morte passam por registros eclesiásticos ou cartoriais. Sexualidade, reprodução, família — tudo regulado por dogma religioso codificado em lei secular.

Mas espiritualidade não exige templo. Comunidades místicas históricas praticaram horizontalidade: quakers decidindo por consenso, sufis organizados sem clero formal, certas vertentes do budismo zen sem hierarquia rígida. Povos originários mantêm cosmologias sem necessidade de intermediários sacerdotais permanentes. A conexão com transcendente — se isso importa a alguém — não precisa de padre para mediar.

Tolstói percebeu: cristianismo das catacumbas versus cristianismo imperial são religiões opostas. Um desafia César, outro se alia a ele. Um distribui pães, outro acumula ouro. Um vive comunalmente, outro erige catedrais. A institucionalização mata o impulso libertário.

Religião organizada oferece consolo? Talvez. Mas cobra caro: submissão intelectual, obediência moral, contribuição financeira, aceitação de hierarquia. O consolo vem com correntes. Dizem que são asas para voar ao céu. São grilhões que prendem à terra.

Espiritualidade livre não precisa de instituição. Experiência mística não exige dogma. Busca de sentido não demanda sacerdote. Quando religião se organiza, deixa de ser sobre transcendência. Vira sobre poder.

Questione quem afirma falar em nome de Deus. Geralmente fala em nome próprio.



## **PARTE II - INSTITUIÇÕES POLÍTICAS: A MAQUINARIA DO CONTROLE**

### **Política não é participação, é administração de obediência**

Chamam de participação aquilo que já foi decidido antes de você chegar. A política moderna não emerge da vontade coletiva — ela a domestica. Seu propósito não é realizar anseios populares, mas manter corpos produtivos, mentes previsíveis e revoltas administráveis.

Desde cedo, pessoas aprendem a obedecer. Na escola, seguir regras sem questionar vira virtude. No trabalho, cumprir ordens é sinônimo de responsabilidade. Na política, escolher entre opções pré-aprovadas recebe o nome de cidadania. O treino é contínuo e eficiente.

Votar, opinar, assinar petições: tudo isso é permitido, até incentivado, desde que a estrutura permaneça intocada. O sistema não teme opinião; teme autonomia. Questionar gestores é aceitável. Questionar o próprio jogo não é.

A obediência não brota naturalmente. Ela é fabricada, reforçada diariamente, premiada em cada gesto de conformidade. Quem aceita as regras do tabuleiro é celebrado como “cidadão consciente”. Quem questiona o tabuleiro vira ameaça, extremista, ingênuo.

As leis não existem para organizar a vida em comum — existem para codificar a submissão. A política institucional não resolve conflitos sociais; ela os congela, os administra e os transforma em combustível para sua própria sobrevivência.

Participar virou sinônimo de escolher quem irá gerenciar seu controle. Não há escolha real quando todas as opções levam ao mesmo lugar. A urna não liberta — ela legitima. As promessas não transformam — elas adiam.

Toda estrutura de dominação depende de cooperação cotidiana. Cada obediência não questionada, cada esperança depositada “no próximo ciclo”, reforça as correntes invisíveis que mantêm tudo como está. A política institucional não foi desenhada para emancipar — foi desenhada para conter.

Autonomia não se vota. Ela nasce na recusa diária à domesticação, na construção de relações que não reproduzam hierarquias, na coragem de imaginar e praticar formas de organização sem tutela do Estado ou do mercado.

Na luta somos pessoas dignas e livres!

## Democracia: escolha ou controle consentido?

Chamam de democracia um sistema onde a maioria decide apenas o superficial. Você escolhe rostos, legendas partidárias, promessas de campanha. Jamais escolhe as estruturas que determinam como vive: a organização do trabalho, a distribuição da riqueza, os limites do possível. A democracia representativa não dissolve a concentração de poder — ela a veste com aparência de legitimidade popular.

O controle contemporâneo dispensa a força bruta como método principal. Ele opera pelo consentimento fabricado. Pessoas foram convencidas de que comparecer às urnas equivale a exercer poder real. Mas participar de um ritual não é decidir. Consentir não é governar. A democracia moderna transformou obediência em virtude cívica e passividade em responsabilidade cidadã.

Observe o que chamam de pluralismo político. Quando todas as alternativas disponíveis respeitam os mesmos limites intocáveis, quando nenhum partido questiona as fundações do sistema econômico, quando o debate oscila apenas entre gestões diferentes da mesma estrutura, a escolha se torna teatral.

Muda-se o discurso, preserva-se a hierarquia. Altera-se o tom, mantém-se a substância. O sistema nunca pergunta se deve existir — apenas quem irá administrá-lo melhor. A democracia não supera a dominação; ela a legitima em ciclos regulares.

Questionar esse arranjo de forma radical é tratado como traição ao pacto civilizatório. A crítica é aceita apenas enquanto não ultrapassa a linha invisível entre reforma e ruptura. Pode-se protestar contra políticas específicas, nunca contra o próprio regime.

O aparato democrático desenvolveu anticorpos sofisticados. Ele absorve indignação transformando-a em pauta eleitoral, canaliza revolta em votos de protesto inofensivos e aceita mudanças desde que sejam cosméticas.

Há uma pergunta que o sistema evita a todo custo: e se o problema não for quem governa, mas o próprio ato de governar dessa forma? E se concentrar decisões sobre a vida de milhões nas mãos de poucos for, em si, incompatível com liberdade genuína, independentemente de quantos votos legitimem essa concentração?

Democracia representativa não é o ápice da organização política humana. É a forma mais eficiente já criada de conter a autonomia sem parecer autoritária.

Enquanto acreditarmos que liberdade política se resume a escolher entre opções pré-aprovadas, permaneceremos presos em liberdades supervisionadas. A emancipação real começa quando paramos de pedir permissão para reimaginar completamente como podemos viver juntos.

Na luta somos pessoas dignas e livres!

## Democracia: quem decide de verdade?

Dizem que vivemos em democracia porque podemos votar. Mas votar não é decidir — é autorizar. Autorizar que outras pessoas governem, administrem, gerenciem e determinem os limites do possível. A democracia representativa se apresenta como “governo do povo”, mas funciona como tecnologia de seleção de governantes e contenção de conflitos. O povo é convocado ao palco em dias de eleição e mantido fora da sala onde decisões reais são tomadas.

A promessa democrática é simples: participação formal em troca de obediência material. Escolhem-se opções pré-aprovadas, programas que variam em estilo, mas raramente em estrutura. Não se vota sobre o tempo de trabalho, o preço do aluguel, o destino dos recursos naturais, a militarização das periferias, a lógica das fronteiras ou quem controla a economia. Vota-se sobre quem irá gerir essas questões — nunca sobre as próprias regras do jogo. Assim, a democracia não distribui poder; legitima sua concentração.

O sistema faz parecer que discordar é participar. Debates televisionados, audiências públicas, consultas populares, petições digitais, comissões técnicas: tudo isso simula abertura enquanto preserva o essencial. A crítica é tolerada, desde que não ameace a propriedade, o Estado ou a hierarquia econômica. A democracia liberal permite protestos — até o instante em que deixam de ser simbólicos e passam a interferir na normalidade dos negócios. Quando isso acontece, a máscara cai e o monopólio da violência entra em cena.

Representação é apresentada como necessidade prática em sociedades complexas. Contudo, essa necessidade não é neutra: ela separa sistematicamente quem decide de quem vive as consequências. Parlamentares, magistratura, tecnocracia e lobby habitam um mundo distinto daquele da maioria que dizem representar. Suas prioridades refletem quem financia campanhas, quem controla meios de comunicação, quem possui recursos. A política formal gira em torno de interesses organizados; a vida comum permanece administrada à distância.

Ensinam que alternância de poder significa renovação. Porém, alternância sem transformação estrutural é apenas troca de gestores. Mudam discursos; permanecem metas fiscais, incentivos ao capital, repressão às periferias, proteção à propriedade concentrada, precarização do trabalho e fronteiras militarizadas. A democracia funciona como mecanismo de continuidade: recicla elites, absorve indignação e distribui pequenas concessões para evitar rupturas maiores.

Também dizem que corrupção é o grande problema. Mas reduzir tudo à corrupção personaliza uma falha que é estrutural. Mesmo sem corrupção, o desenho institucional já favorece quem possui capital, visibilidade e acesso. O problema não é apenas quem ocupa o poder, mas o próprio arranjo que concentra decisão em poucas mãos e transforma a maioria em esportador periódico.

A democracia representativa cria um paradoxo: quanto mais desigual a sociedade, menos democrático o sistema que afirma governá-la. Quem controla riqueza controla mídia, financiamento político, lobby e agenda pública. Assim, a vontade popular é filtrada antes de virar política. O povo vota; o capital decide os limites do que pode ser votado.

## **Complexidade não exige hierarquia**

Um argumento comum defende que sociedades complexas tornam impossível a decisão direta. Porém, complexidade não é sinônimo de hierarquia. Coordenação em larga escala não requer comando centralizado — requer comunicação horizontal, federação de decisões locais e pactos revogáveis entre comunidades. A internet descentralizada funciona sem governo central. Ecossistemas se autorregulam sem plano diretor. Redes de apoio mútuo organizam milhares de pessoas sem estrutura piramidal.

O argumento da escala esconde uma escolha política: confundir tamanho com necessidade de dominação. Mas tamanho exige métodos — não mestres. Assembleias confederadas, delegação temporária e revogável, rotatividade e mandatos vinculados permitem decisão coletiva sem cristalizar poder permanente em poucas mãos.

O que a democracia representativa chama de “necessidade técnica” é, na prática, conveniência de quem governa. Simplifica a vida de elites ter porta-vozes fixos, burocracias estáveis e distância segura da população. Essa conveniência, contudo, é vendida como inevitabilidade.

## **Democracia direta tem limites — representativa também**

Toda forma de organização apresenta problemas. Democracia direta enfrenta desafios reais: tirania de maiorias locais, exclusão de quem não pode participar presencialmente, captura por grupos mais organizados, exaustão participativa e lentidão em contextos de urgência.

Porém, a democracia representativa não resolve esses problemas — apenas os desloca. A tirania de maioria se converte em tirania de minorias organizadas. A exclusão por falta de tempo vira exclusão por falta de capital político. A captura local dá lugar à captura nacional por lobbies. A exaustão participativa transforma-se em apatia fabricada. Decisões podem ser rápidas, mas raramente refletem necessidades reais de quem vive suas consequências.

A questão, então, não é entre democracia perfeita e imperfeita, mas entre problemas administrados por quem decide e problemas enfrentados por quem vive as consequências. Entre delegar poder e assumi-lo coletivamente, com todas as dificuldades que isso implica.

## **Transição não é mágica — é construção**

A crítica clássica ao anarquismo pergunta: como chegar lá? Como se organizaria a transição? Essas questões são legítimas, mas partem de um equívoco: supõem que a mudança

começa depois — no dia seguinte ao colapso do Estado, na revolução futura, no momento ideal.

A transição não é etapa separada; é processo cotidiano. Começa quando pessoas se organizam para resolver problemas sem depender de autorização estatal ou mediação de representantes. Começa em ocupações de terra que criam formas próprias de decisão. Em assembleias de bairro que enfrentam questões concretas. Em cooperativas que democratizam trabalho e renda. Em redes de apoio mútuo que constroem solidariedade material. Em conselhos populares que organizam territórios à margem do Estado.

Essas experiências não são ensaios para um futuro distante — são prefigurações do que pode existir agora, em escala pequena, e expandir conforme ganham força. A questão não é ter o plano completo antes de agir, mas criar condições materiais e subjetivas para que outras formas de vida se tornem viáveis.

Ninguém sabe exatamente como seria uma sociedade sem Estado e sem classes em escala global. Isso não é falha; é honestidade. O que sabemos é que hierarquia não é natureza humana, que cooperação precede competição na história da espécie, e que formas de autogoverno já existiram e existem em diversos contextos.

## **Direitos conquistados não justificam a estrutura**

É verdade que direitos trabalhistas, sufrágio universal e proteções sociais foram conquistados dentro da democracia representativa. Porém, foram conquistados contra sua lógica, não por causa dela. Nenhum parlamento concedeu esses direitos por generosidade — foram arrancados por greves, ocupações, insurreições, sabotagens e bloqueios. A estrutura formal absorveu essas demandas para conter rupturas maiores.

Reconhecer conquistas não significa aceitar o sistema como bom o suficiente. Melhorias parciais importam, mas não substituem transformação estrutural. A democracia representativa funciona como válvula de escape: concede o mínimo necessário para evitar que a própria estrutura seja questionada.

Defender direitos conquistados não exige defender quem os administra. Podemos proteger avanços enquanto construímos formas organizativas que não dependam de concessões de cima, mas de poder construído de baixo.

## **A verdadeira escolha**

Diante disso, surge a pergunta que o sistema evita: e se o erro não for apenas quem governa, mas a ideia de que alguém deve governar sobre todas as pessoas? E se liberdade política exigir outra forma de organização — não baseada em representantes permanentes, partidos profissionais e burocracias distantes, mas em decisão direta, federada e revogável por quem é afetado?

A verdadeira oposição não é entre esquerda e direita, governo e oposição, progressismo e conservadorismo. É entre democracia como gestão de elites e democracia como autogoverno coletivo. Entre participação simbólica e poder efetivo. Entre representação que substitui o povo e organização que torna pessoas protagonistas de suas vidas.

Enquanto aceitarmos que liberdade política se resume a escolher governantes, continuaremos vivendo sob liberdade supervisionada. A emancipação começa quando recusamos ser administradas e administrados — quando assumimos, coletivamente, a responsabilidade de decidir sobre nossas próprias vidas, com todas as dificuldades, erros e aprendizados que isso envolve.

Democracia não é escolher governantes.

Democracia é decidir sobre a própria vida.

Na luta somos pessoas dignas e livres.

## **O Estado existe para proteger quem?**

Dizem que o Estado existe para garantir direitos, manter a ordem e proteger a sociedade. Mas basta olhar ao redor para perceber uma verdade incômoda: essa proteção nunca alcançou todo mundo da mesma forma. O Estado não nasceu para defender gente comum — ele se ergueu para blindar propriedades, assegurar contratos e sustentar um modelo específico de economia.

Quando vida e lucro entram em conflito, a decisão já está tomada. Leis, tribunais e forças repressivas se mobilizam com rapidez impressionante para defender patrimônios. Enquanto isso, necessidades elementares — moradia, comida, descanso — seguem tratadas como concessões condicionadas. Propriedade e acumulação, essas sim, permanecem intocáveis.

O Estado se apresenta como juiz imparcial, mas opera como gestor permanente da desigualdade. Ele preserva a concentração de riqueza, mantém a dependência de quem precisa vender trabalho para sobreviver e transforma exploração em rotina legal, previsível e administrável.

Impostos, subsídios, endividamento público e política econômica não são instrumentos técnicos neutros. São escolhas políticas recorrentes, sempre inclinadas aos mesmos interesses. Quando o mercado entra em colapso, recursos públicos aparecem sem hesitação. Quando pessoas entram em colapso, surgem discursos sobre mérito, esforço e responsabilidade individual.

A polícia não protege a vida em abstrato — protege a ordem existente. O sistema de justiça não persegue um ideal universal — assegura estabilidade para negócios e continuidade

para hierarquias. O Estado não corrige as distorções da economia; ele as administra para que nunca ameacem quem ocupa o topo.

Perguntar a quem o Estado realmente serve desmonta a ficção central da política institucional. Ele não se orienta pelo bem comum, porque o bem comum nunca foi seu critério. Sua função é manter de pé uma estrutura onde poucos decidem e muitos se adaptam.

O Estado não é um desvio do sistema econômico — é seu braço organizado, sua garantia armada, sua justificativa legal.

Enquanto aceitarmos o Estado como mediador indispensável, continuaremos aceitando que nossas vidas sejam subordinadas à lógica do lucro, da produtividade e da obediência. Questionar o Estado é também questionar a economia que ele protege. Não existe neutralidade quando o poder escolhe seu lado todos os dias.

Na luta somos pessoas dignas e livres!

## **O Estado não é proteção: é monopólio da violência**

Nos dizem que o Estado existe para nos proteger. Mas quem ele realmente protege? Na prática, o Estado não defende pessoas — defende relações de poder. É o braço armado que garante que a propriedade permaneça concentrada, que as hierarquias se perpetuem e que a exploração continue funcionando. Quando há conflito entre vida e lucro, o Estado já escolheu seu lado antes mesmo de chegar.

O Estado se apresenta como neutro, como árbitro imparcial das disputas sociais. Mas sua neutralidade é uma farsa. A polícia chega em minutos para despejar uma família, mas leva meses para investigar um patrão que rouba salários. A justiça é implacável com quem furta pão, mas negocia acordos com quem desvia milhões. As prisões transbordam de pobres enquanto criminosos de colarinho branco raramente veem uma cela por dentro. Isso não é falha do sistema — é o sistema funcionando exatamente como foi projetado.

Chamam isso de “Estado de direito”, como se a lei fosse igual para todos. Mas qual direito prevalece? O direito de quem já tem poder. Leis protegem contratos mais do que protegem vidas. Defendem propriedades com mais vigor do que defendem corpos. Salvaguardam lucros antes de salvaguardar comunidades. Quando trabalhadores ocupam uma fábrica abandonada, é “invasão de propriedade”. Quando bancos quebram e são resgatados com dinheiro público, é “medida necessária para estabilidade econômica”. A legalidade acompanha o dinheiro, sempre.

O que significa dizer que o Estado tem o monopólio da violência? Significa que apenas ele pode bater, prender, torturar e matar — e depois chamar isso de “legal”. Mas quem decide os limites dessa lei? Quem define quando a violência é legítima? Não somos nós. São políticos, juízes, generais e burocratas — gente distante da realidade que suas ordens

destroem. A mesma instituição que promete nos proteger é a que empunha o cassetete, dispara o gás lacrimogêneo, puxa o gatilho e tranca as celas — quase sempre contra os mesmos corpos.

No cotidiano, o Estado se manifesta menos como cuidado e mais como controle. Câmeras em cada esquina, patrulhas nas periferias, documentos para tudo, filas intermináveis, formulários sem fim, vigilância constante. Para simplesmente existir, você precisa ser registrado, catalogado, autorizado. Para se mover, para trabalhar, para morar, para protestar — sempre há uma permissão prévia necessária. A mensagem é cristalina: você só é “livre” enquanto não ameaçar a ordem estabelecida.

Quando comunidades tentam se organizar de forma autônoma, o Estado não aparece como aliado — aparece como inimigo. Ocupações são violentamente desfeitas. Centros culturais independentes são fechados. Rádios comunitárias são criminalizadas. Cooperativas são sufocadas por burocracia impossível. Qualquer forma de vida que escape da lógica do mercado e da hierarquia é tratada como ameaça à ordem estabelecida. A autonomia assusta quem vive de controlar.

Pior: nos ensinaram a desejar essa violência. Quando temos medo, pedimos mais polícia. Quando há conflito, exigimos mais prisões. Quando nos sentimos inseguros, clamamos por mais repressão — mesmo sabendo que ela cairá sempre sobre os mesmos: pobres, pretos, periféricos. Internalizamos o Estado como um pai autoritário — temido e necessário ao mesmo tempo.

Mas segurança real não nasce de armas e grades — nasce de moradia, comida, saúde, tempo e comunidade. Quanto mais o Estado investe em aparato repressivo e menos em condições dignas de vida, mais insegurança ele produz — e depois usa essa mesma insegurança como justificativa para expandir ainda mais seu poder.

Questionar o Estado não é pedir um governante “melhor” ou “mais humano”. É questionar a própria ideia de que alguém deva ter o direito exclusivo de usar força sobre todos nós. É perguntar por que aceitamos que decisões sobre nossas vidas estejam concentradas em instituições distantes, hierárquicas, burocratizadas e armadas até os dentes.

As alternativas não são utopias distantes — já existem, em pequena escala, funcionando agora: justiça restaurativa comunitária que busca reparação em vez de punição, mediação horizontal de conflitos, assembleias populares onde as decisões são tomadas por quem será afetado por elas, redes de apoio mútuo que sustentam quem precisa, autodefesa coletiva não militarizada, cuidado compartilhado entre vizinhos. Nada disso é perfeito, mas parte de um princípio radicalmente diferente: resolver problemas sem criar hierarquias, sem punir para manter o controle.

Enquanto o Estado existir como guardião armado da propriedade privada e do lucro, ele será o maior obstáculo a qualquer projeto real de liberdade. Não precisamos de mais polícia — precisamos eliminar as condições que fazem a polícia parecer necessária. Não

precisamos de mais controle vertical — precisamos de mais autonomia horizontal. Não precisamos de representantes que decidem por nós — precisamos de poder para decidir por nós mesmos.

O Estado se vende como proteção.

Mas o que ele protege, antes de tudo, é a ordem que nos esmaga.

**Na luta, somos pessoas dignas e livres.**

**Contra o monopólio da violência.**

**Pela autonomia coletiva.**

**Sem Estado, sem tutela, sem dominação — pela anarquia.**

## A Ilusão da Neutralidade Judicial

Desde cedo aprendemos que o Judiciário é o espaço da imparcialidade. A imagem da balança equilibrada sugere decisões técnicas, neutras, acima de interesses. Essa narrativa, repetida à exaustão, transforma uma estrutura de poder em algo natural — e, por isso mesmo, pouco questionado.

No Brasil, essa neutralidade começa a se desfazer quando observamos como o sistema é organizado. Juízes de carreira ingressam por concurso público, mas os cargos mais altos do Judiciário — os tribunais superiores — são preenchidos por indicação do Poder Executivo, com aprovação do Senado. Um presidente eleito por quatro anos pode escolher pessoas que decidirão questões centrais da vida social por vinte ou trinta anos.

Essa diferença de tempo não é um detalhe técnico. Ela permite que governos deixem marcas profundas no sistema de justiça muito depois de deixarem o poder. Não se trata de ilegalidade, mas de um arranjo institucional que prolonga influências políticas para além do voto popular.

Cada indicação carrega uma visão de mundo: ideias sobre economia, direitos, punição, propriedade, conflito social. Não é necessário que haja ordens diretas ou interferência explícita. Basta que escolhas recorrentes favoreçam determinadas interpretações do que é “justo”. Grupos econômicos e políticos entendem bem esse mecanismo e atuam para influenciar essas nomeações, porque sabem que decisões judiciais moldam a sociedade por décadas.

Defensores do sistema afirmam que a vitaliciedade protege os juízes de pressões imediatas. Isso é parcialmente verdadeiro. Mas a pergunta central é: proteção para quem? A independência institucional muitas vezes serve para blindar decisões que afetam milhões de

peessoas sem que essas pessoas tenham qualquer participação no processo decisório. A população vive sob interpretações da lei que não ajudou a construir, nem pode revisar.

O modelo jurídico brasileiro, baseado em códigos escritos e hierarquias rígidas, reforça essa distância. As leis são feitas por representantes eleitos, interpretadas por juristas indicados ou concursados, e aplicadas por uma burocracia especializada. Em nenhum ponto desse caminho há controle direto da população sobre como a justiça opera no cotidiano.

Reformas como mandatos fixos ou ajustes nos processos de indicação costumam ser apresentadas como soluções. Elas podem reduzir excessos, mas não enfrentam o problema central: a concentração permanente do poder de decidir conflitos nas mãos de poucos. Mudam-se as regras do jogo sem questionar por que o jogo precisa ser assim.

A proposta da autogestão aponta para outro horizonte. Em vez de delegar o conflito a instituições distantes, comunidades podem construir seus próprios mecanismos de resolução, baseados em princípios coletivamente definidos. Mediação comunitária, assembleias deliberativas e tribunais populares não são abstrações utópicas — são experiências que já existiram e continuam existindo, em diferentes escalas.

Desnaturalizar o Judiciário não significa negar a necessidade de justiça, mas reconhecer que não existe neutralidade técnica quando seres humanos decidem sobre vidas humanas. Toda decisão judicial envolve valores, prioridades e escolhas. Ela é política nesse sentido profundo: distribui poder e produz consequências reais.

A questão, portanto, não é se o Judiciário é político ou não, mas quem controla esse poder. Uma elite togada, formada por indicações de governos temporários? Ou a própria população, organizada de forma direta e coletiva?

Quando entendemos que tribunais não são templos sagrados, mas construções históricas, abrimos espaço para imaginar outras formas de justiça. O poder que parece natural é apenas aquele que conseguiu se esconder melhor.

## **Partidos: domesticação da revolta**

Toda revolta organizada precisa virar partido. Toda insatisfação popular precisa de sigla, estatuto, diretório nacional. Dizem que é assim que se muda o sistema: entrando nele, disputando eleições, conquistando cadeiras. Mentira. Partidos não transformam o sistema. O sistema transforma os partidos.

A institucionalização é uma armadilha refinada. Começa com a sedução: “você têm boas ideias, mas precisam de estrutura formal para serem levados a sério”. Exigem registro, hierarquia interna, prestação de contas para tribunais eleitorais. Cada exigência burocrática é uma corrente. Cada adequação às regras do jogo é um passo para longe da transformação radical.

Observe o padrão histórico. O Partido dos Trabalhadores no Brasil nasceu das greves operárias do ABC, dos movimentos sociais, da base sindical combativa nos anos 1980. Prometia democracia interna, ruptura com o sistema, socialismo. Quatro décadas depois, administra o capitalismo com competência, reprime movimentos sociais, governa para manter a ordem que prometeu destruir. Não foi traição individual. Foi lógica institucional.

O Syriza na Grécia emergiu da indignação contra austeridade, prometeu rasgar os memorandos da troika, defendeu soberania popular. Chegou ao poder em 2015. Semanas depois, aplicou o ajuste fiscal mais brutal da história recente grega. A estrutura partidária e estatal constrangeu qualquer tentativa de ruptura. O partido não mudou o Estado. O Estado domesticou o partido.

Podemos na Espanha, Bloco de Esquerda em Portugal, Die Linke na Alemanha — variações do mesmo roteiro. Nascem de movimentos, falam em transformação, entram nas instituições. A instituição os devora. Viram administradores competentes da própria jaula.

O constrangimento não é só ideológico. É material. Partidos dependem de recursos para campanhas. Recursos vêm de doações empresariais, fundos públicos atrelados a desempenho eleitoral, estruturas que exigem manutenção cara. A dependência financeira domestica o discurso. Não se morde a mão que financia.

É estrutural. Parlamentos operam por maioria, coalizões, negociações. Mesmo um partido radical precisa negociar com conservadores para aprovar qualquer coisa. Cada negociação é uma concessão. Cada concessão afasta a transformação. No fim, a “política possível” é sempre a que não ameaça as bases do sistema.

É temporal. Eleições são de quatro em quatro anos. Transformação radical exige tempo, conflito, persistência para além de ciclos eleitorais. Partidos pensam em votos na próxima disputa, não em revolução social. A urgência eleitoral mata a estratégia revolucionária.

A função real dos partidos de esquerda no sistema não é transformá-lo. É canalizar insatisfação para dentro das instituições, onde pode ser gerenciada, moderada, neutralizada. São válvulas de escape. Absorvem energia que poderia ir para greves selvagens, ocupações, organização autônoma. Transformam revolta em voto, ação direta em esperança eleitoral.

Enquanto isso, quem realmente decide permanece intocado. Corporações não são eleitas. Bancos centrais são “técnicos”, acima da política. Judiciário é vitalício. Forças armadas respondem a hierarquia própria. O poder real não está nas instituições que partidos disputam. Está nas estruturas que constroem essas instituições.

Vertentes anarquistas sempre souberam disso. Bakunin alertou Marx: tomar o Estado não destrói dominação, apenas troca quem domina. A Comuna de Paris em 1871 não elegeu representantes — criou conselho revogável a qualquer momento. A CNT na Espanha recusou

virar partido, manteve autonomia sindical. Foi esmagada por fascistas e comunistas, mas não se vendeu.

Transformação radical não vem de dentro das instituições. Vem de fora, contra elas. Vem de greves que param a economia, de ocupações que demonstram outro modo de produzir, de redes de apoio mútuo que provam a desnecessidade do Estado.

Partidos são o oposto disso. São domesticação institucional da energia transformadora. Cemitérios onde revoluções vão morrer com dignidade eleitoral.

Quem quer mudar o jogo não pode jogar pelas regras de quem quer mantê-lo.

## **Fronteiras não são linhas: são filtros de poder**

Dizem que fronteiras existem para organizar o mundo, proteger culturas e garantir segurança. Mas fronteiras não são traços neutros em mapas — são mecanismos de triagem. Elas decidem quem pode circular livremente e quem deve pedir permissão para existir, quem é recebido como “talento” e quem é tratado como ameaça descartável. Fronteiras não protegem povos; protegem privilégios.

A narrativa oficial afirma que os Estados defendem seus cidadãos. Na prática, defendem mercados, mão de obra disciplinada e hierarquias globais. Quem carrega passaporte de países ricos atravessa o mundo sem perguntas. Quem nasce do lado “errado” precisa provar incessantemente sua dignidade, sua utilidade, sua inocência. O direito de ir e vir virou mercadoria: compra-se com dinheiro, com pele clara ou com a nacionalidade “correta”.

A fronteira separa menos países do que classes. Ela permite a circulação de capitais, mercadorias e investimentos, enquanto bloqueia corpos considerados excedentes. Dinheiro atravessa sem barreiras; pessoas são revistadas, interrogadas, detidas e deportadas. Quando empresas exploram territórios e recursos, chamam de globalização. Quando gente busca sobreviver, chamam de crise migratória.

O Estado se apresenta como guardião da comunidade nacional, mas a nação é um mito útil para justificar exclusões reais. Somos ensinados a ver quem nasce fora como inimigo potencial, concorrente por empregos, ameaça cultural. Assim, pobres de países diferentes são colocados para disputar entre si, enquanto proprietários e governantes circulam sem restrições. A fronteira divide quem poderia se unir.

## **As fronteiras não são iguais — mas servem à mesma lógica**

Nem toda fronteira nasce da mesma violência. Há diferença entre linhas traçadas por impérios coloniais que rasgaram territórios indígenas e africanos, fronteiras reivindicadas por

povos em luta por autodeterminação, ou acordos entre Estados já constituídos. Mas ainda que suas origens variem, o efeito contemporâneo converge: todas operam como tecnologias de controle que hierarquizam vidas segundo critérios de classe, raça e origem.

Quando um povo colonizado demarca território para se proteger de genocídio, não está exercendo a mesma violência que um Estado imperial patrulhando suas fronteiras para preservar riqueza roubada. Reconhecer isso não invalida a crítica central: mesmo fronteiras nascidas de resistência tendem, sob pressão do sistema estatal e capitalista, a reproduzir lógicas de exclusão. A própria forma-Estado tende a moldar essas fronteiras.

A questão não é negar diferenças históricas, mas questionar se fronteiras — qualquer fronteira — podem existir sem se tornar ferramentas de hierarquia quando inseridas em um mundo organizado por Estados, mercados e propriedade.

## **A violência como política**

A violência das fronteiras é cotidiana e brutal. Muros, cercas, campos de detenção, naufrágios no mar, famílias separadas, vidas perdidas em desertos e rios. Tudo isso é tratado como tragédia inevitável — nunca como consequência deliberada de políticas que priorizam propriedade e soberania sobre a vida humana.

Os argumentos dominantes justificam essa violência: capacidade limitada de sistemas públicos, proteção de direitos trabalhistas, preservação de coesão social. Mas esses argumentos raramente examinam por que recursos são escassos quando se trata de acolher gente, mas abundantes para subsidiar corporações; por que se protegem salários locais criando hierarquias raciais em vez de organizar trabalhadores além-fronteiras; por que “coesão social” sempre exige excluir os demais, nunca partilhar poder.

Quando alguém morre tentando atravessar, o sistema não lamenta; reafirma a necessidade de “mais controle”.

A crueldade não é falha — é o método.

## **Fronteiras internas**

Também dentro dos países existem fronteiras invisíveis. Entre bairros ricos e periferias, entre zonas policiadas e zonas abandonadas, entre espaços onde certos corpos são bem-vindos e outros suspeitos. Documentos, câmeras, checkpoints informais, olhares que vigiam. A lógica é a mesma: filtrar quem pertence e quem deve ser mantido à margem.

Essas fronteiras internas revelam algo fundamental: o problema não está apenas nas linhas geográficas, mas na lógica que as sustenta. Uma lógica que transforma diferença em hierarquia, que valoriza acumulação sobre vida, que arma uns contra os outros para proteger os privilégios de poucos.

## O falso dilema

Dizem que sem fronteiras haveria caos. Mas o verdadeiro caos é o presente: riqueza sem fronteiras e gente sem direitos; bens circulando livremente enquanto vidas são barradas; solidariedade criminalizada enquanto exploração é legal. O problema não é a ausência de ordem — é a ordem que valoriza mercadorias acima de pessoas.

Dizem também que livre circulação destruiria culturas e autonomias locais. Mas culturas sempre se transformaram pelo contato — é a dominação colonial e capitalista que destrói, não o movimento de gente. E autonomia verdadeira não se constrói com muros que mantêm pobres divididos, mas com organização horizontal que desafia quem acumula poder.

A tensão real não é entre mobilidade e comunidade. É entre comunidades autogeridas que acolhem quem chega e Estados que impõem pertencimento burocrático; entre redes de apoio mútuo construídas por quem vive junto e hierarquias mantidas por quem governa à distância.

## Caminhos que já existem

Questionar fronteiras não é negar culturas ou diferenças; é recusar a hierarquia global que transforma lugar de nascimento em destino. É afirmar que ninguém é ilegal, que deslocar-se é necessidade humana, que viver não pode depender de carimbos, vistos ou permissão de burocratas armados.

Já existem práticas que apontam outros caminhos: redes de acolhimento a migrantes organizadas por comunidades, cidades-santuário que se recusam a cooperar com deportações, movimentos transnacionais de trabalhadores que se apoiam além das linhas no mapa, ocupações urbanas que abrigam pessoas deslocadas sem exigir documentos, coletivos que oferecem tradução, orientação jurídica e moradia por meio de solidariedade direta, assembleias de bairro que integram recém-chegados nas decisões coletivas.

Essas experiências são localizadas, frágeis diante do poder estatal, frequentemente reprimidas. Mas revelam algo essencial: pertencimento pode ser construído sem muros. E mais — mostram que a verdadeira ameaça à autonomia coletiva não vem de quem chega buscando vida digna, mas de Estados e mercados que exigem submissão em troca de sobrevivência.

## Escalar a hospitalidade, não o controle

O desafio não é pequeno: como práticas locais de acolhimento poderiam se generalizar sem criar novas burocracias? Como garantir que recursos sejam partilhados sem que isso seja gerenciado por Estados ou concentrado por mercados?

A resposta não está em um plano-mestre, mas em princípios de ação: federação horizontal entre comunidades autogeridas que compartilham recursos sem hierarquia central; expropriação da riqueza acumulada para garantir que acolher não signifique escassez imposta, mas redistribuição justa; destruição das fronteiras que dividem trabalhadores enquanto se constroem redes de solidariedade que atravessam territórios.

Isso exige confrontar não apenas fronteiras nacionais, mas todo o sistema que as sustenta: propriedade privada que concentra terra e moradia, Estados que administram escassez artificial, capitalismo que lucra com a divisão. Não há fronteiras abertas sob hierarquia — há apenas seleção de quem pode circular. A livre circulação real é inseparável da abolição das estruturas que transformam movimento em privilégio.

## **Pertencimento sem propriedade**

Fronteiras servem ao mesmo princípio que o Estado, o mercado e a propriedade: separar para dominar. Dividem para que não nos reconheçamos como iguais. Classificam para que aceitemos desigualdades como naturais. Militarizam para que o medo substitua a empatia.

A liberdade real não cabe em mapas desenhados por impérios. Ela começa quando recusamos a ideia de que a vida vale mais de um lado da linha do que do outro. Quando entendemos que nossa luta é comum — contra Estados que nos controlam, mercados que nos exploram e fronteiras que nos hierarquizam.

Construir um mundo sem fronteiras não é abstrair diferenças, mas recusar que diferenças justifiquem dominação. É reconhecer que todas as pessoas que habitam um território têm direito igual de decidir sobre ele — não por nascimento ou documento, mas por viver ali. É afirmar que comunidade se faz na partilha cotidiana, não na exclusão burocratizada.

Nenhuma pessoa é estrangeira à terra onde pisa.

Estrangeiros são os muros, as cercas, os passaportes e as armas que os defendem.

**Na luta somos pessoas dignas e livres.**

**Sem muros, sem passaportes, sem fronteiras — pela vida em comum.**

# PARTE III - ECONOMIA E EXPLORAÇÃO: PODER EM ESTADO BRUTO

## **Economia não é neutra: é política em estado bruto**

Apresentam a economia como campo técnico, distante da vida cotidiana, governado por números e especialistas. Essa aparência de neutralidade não é acidental — é estratégica. A economia decide quem trabalha demais e quem descansa pouco, quem passa necessidade e quem acumula sem limite. Não há nada de técnico em definir quem vive com dignidade e quem deve aceitar a escassez como destino.

Taxas de juros, metas fiscais, cortes de gastos, controle da inflação — cada uma dessas decisões beneficia uns e prejudica outros. Quando dizem que “não há alternativa”, ocultam o essencial: sempre há escolha. A questão nunca é se existe alternativa, mas quem decide e a favor de quem. A economia não pergunta o que é justo; pergunta o que é rentável para quem já concentra poder.

O discurso econômico transforma decisões humanas em leis naturais. Crises se tornam inevitáveis, desemprego vira ajuste necessário, miséria vira efeito colateral aceitável. Assim, ninguém parece responsável. A exploração se apresenta como matemática, e a desigualdade como consequência técnica — não como projeto deliberado de concentração de riqueza.

Quem controla a economia controla o campo do possível. O que pode ser financiado, o que pode ser construído, o que pode ser garantido como direito. Sempre há recursos para resgatar bancos, subsidiar grandes empresas e proteger investidores. Para garantir vida digna, tempo livre e segurança material para a maioria, dizem que o orçamento não permite. Mas orçamento é prioridade — e prioridade é escolha política.

A política aparenta decidir enquanto a economia impõe os limites reais. Governos mudam, discursos se alteram, mas certas prioridades atravessam gestões intactas. O mercado é tratado como entidade sensível que precisa ser tranquilizada a qualquer custo. Pessoas são orientadas a se adaptar, apertar o cinto, esperar dias melhores que nunca chegam.

A economia não é um espaço separado da política — é onde a política mostra sua face mais crua. Ali, o poder não promete; executa. Não pede voto; impõe condições. Não fala em cidadania; exige produtividade. É no terreno econômico que se revelam as hierarquias reais de uma sociedade.

Neutralidade econômica é a linguagem preferida do poder quando não quer ser questionado.

Questionar a economia é questionar quem decide, quem lucra e quem paga o preço dessas decisões. Enquanto aceitarmos a economia como esfera neutra, permaneceremos submetidos a escolhas que moldam nossas vidas sem nosso consentimento efetivo. Não existe gestão econômica justa dentro de um sistema construído para concentrar poder e riqueza.

Na luta somos pessoas dignas e livres!

## **Propriedade não é direito: é relação de poder**

Dizem que a propriedade é natural, sagrada, fundamento da civilização. Mas nada há de natural em cercar o mundo e chamar isso de direito. Propriedade não é relação entre pessoas e coisas — é relação entre pessoas mediada por coisas. Quem possui manda; quem não possui obedece. O que chamam de direito é, na prática, licença para excluir, controlar e extrair.

Não falamos da escova de dentes que você usa, do violão que toca, da casa onde mora. Falamos da propriedade como instrumento de dominação — aquela que permite a poucos controlar o que muitos precisam para viver. A terra que não se cultiva, mas se aluga. A fábrica que não se opera, mas se possui. O prédio vazio que valoriza enquanto gente dorme na rua. É essa propriedade — excludente, especulativa, exploradora — que sustenta a ordem que criticamos.

A história dessa propriedade é história de tomada, não de justiça. Terras foram apropriadas, recursos cercados, riquezas acumuladas por conquista, colonização, violência e herança. Depois vieram as leis para transformar roubo em título, espoliação em contrato, privilégio em legalidade. A legalidade não purifica a origem — apenas a protege. E continua protegendo: despejos são legais, fome é consequência aceitável, enquanto a polícia defende muros, não pessoas.

Propriedade concentrada define quem vive com segurança e quem vive com medo. Quem controla moradia decide quem tem teto e quem fica na rua. Quem controla terras e alimentos decide quem come e quem passa fome. Quem controla meios de produção decide quem trabalha, por quanto tempo e em que condições. Isso não é liberdade individual — é poder social concentrado.

O discurso liberal afirma que a propriedade garante autonomia. Mas, para a maioria, ela produz o oposto: dependência. Quem nada possui precisa se submeter para sobreviver. A propriedade de poucos cria a precariedade de muitos. Quanto mais “segura” a propriedade concentrada, mais insegura a vida de quem trabalha.

Também nos dizem que sem propriedade haveria caos. Mas o verdadeiro caos é o presente: casas vazias e gente sem teto, comida desperdiçada enquanto há fome, tecnologia capaz de reduzir o trabalho e jornadas que só aumentam. Isso não é desordem — é a ordem capitalista funcionando como foi desenhada.

## **Caminhos para além da propriedade**

Questionar a propriedade concentrada não é rejeitar o uso das coisas, nem propor um Estado dono de tudo. É abrir espaço para formas de organização baseadas no uso e na gestão direta por quem vive e produz.

Já existem práticas que apontam nessa direção: cooperativas habitacionais autogeridas, fábricas recuperadas por trabalhadores, ocupações que devolvem vida a prédios abandonados, hortas comunitárias que alimentam bairros inteiros, softwares livres e conhecimento compartilhado. Elas mostram que é possível organizar o acesso ao necessário sem cercas, sem títulos e sem donos ausentes.

Essas experiências enfrentam problemas reais: como decidir coletivamente sem recriar hierarquias? Como sustentar bens comuns sem exploração externa? Como resistir ao Estado e ao mercado que tentam destruí-las ou cooptá-las? Não há respostas prontas — há processos vivos de experimentação, coordenação horizontal e apoio mútuo entre comunidades.

O princípio, porém, é claro: uso antes de posse, vida antes de título, gestão direta antes de representação. Quem usa e precisa deve decidir — não proprietários distantes, não burocratas, não especuladores.

## **Substituir domínio por mutualidade**

Abolir a propriedade como relação de dominação é abrir espaço para outra forma de viver: baseada em cuidado, partilha e responsabilidade mútua, não em cercas, contratos e coerção. Significa trocar o “isso é meu e você me paga” pelo “isso é nosso — usamos e cuidamos juntos”.

Não haverá liberdade enquanto for possível usar coisas para mandar em pessoas. Não basta democratizar o Estado se a economia continua sendo ditadura. Não basta votar periodicamente se, no trabalho e na moradia, seguimos à mercê de proprietários.

A liberdade real começa quando ninguém precisa pedir permissão para viver com dignidade. Quando o acesso ao necessário não depende de possuir, mas de participar. Quando produzimos e decidimos coletivamente, sem patrões, sem senhorios, sem intermediários que lucram com nossa necessidade.

Enquanto aceitarmos que possuir é governar, continuaremos vivendo sob senhores — ainda que modernos, ainda que democráticos, ainda que sorridentes.

Na luta somos pessoas dignas e livres!

## **Trabalho não é dignidade quando é coerção**

Chamam de trabalho aquilo que consome a vida de quem precisa sobreviver. Vendem dignidade, mas entregam dependência. Para quem não herdou propriedade nem privilégios, trabalhar nunca foi escolha real — é imposição cotidiana. Quando a alternativa é a escassez, o consentimento deixa de existir.

O cotidiano revela isso sem disfarces. Despertadores interrompem o descanso, transportes superlotados empurram corpos cansados para jornadas longas demais, salários insuficientes devolvem apenas o mínimo para continuar. O corpo se desgasta, a mente se esgota, o tempo desaparece. Ainda assim, exigem gratidão. Chamam exploração de oportunidade e apresentam submissão como virtude.

A lógica é simples e cruel: quem controla os meios de sobrevivência controla quem depende deles. O trabalho assalariado transforma tempo de vida em mercadoria. Cada hora cedida fortalece uma estrutura que concentra riqueza em poucas mãos e distribui insegurança para a maioria. Contratos e leis não corrigem isso — apenas organizam a desigualdade.

Quando alguém adocece, envelhece ou não consegue manter o ritmo, a culpa recai sobre quem caiu. Surgem narrativas sobre esforço insuficiente, escolhas erradas, falta de preparo. Nunca se questiona um modelo que exige produtividade constante e descarta quem não acompanha. O sistema permanece intocado; a responsabilidade é sempre individualizada.

A meritocracia cumpre um papel central nesse processo. Ela transforma desigualdade estrutural em falha pessoal e apresenta acumulação como virtude moral. Assim, a exploração parece justa e a coerção diária se disfarça de responsabilidade. Não é análise — é propaganda.

Trabalho poderia ser cooperação, criação coletiva, atividade voltada à sustentação da vida comum. Mas, sob o capitalismo, ele serve para manter hierarquias e alimentar a acumulação sem limites. Produz abundância concentrada enquanto distribui cansaço, ansiedade e medo de ser descartado. Não é o trabalho que liberta — é a forma como ele é imposto que aprisiona.

Enquanto a sobrevivência depender da venda do tempo, a liberdade será sempre parcial e revogável. Questionar o trabalho como ele nos é imposto não é recusa à vida em comum. É recusa ao sacrifício permanente em nome de um sistema que nunca se satisfaz.

A dignidade não nasce da obediência. Nasce da ruptura com relações que transformam a vida em recurso.

Retomar o controle sobre o tempo, sobre a produção e sobre a organização da vida não é utopia distante. É necessidade concreta de quem se recusa a existir apenas para manter a engrenagem funcionando.

Na luta somos pessoas dignas e livres!

## **Mercado livre para quem?**

Falam em mercado livre como se fosse sinônimo de liberdade humana. Mas o mercado nunca foi livre enquanto existirem hierarquias que forcem pessoas a vender seu tempo para não passar necessidade. Livre é quem pode recusar, quem tem autonomia sobre o próprio sustento, quem não depende da autorização de outrem para existir. Para quem vive sob essa dependência, o mercado é uma jaula disfarçada de oportunidade.

A liberdade exaltada pelo mercado é sempre a liberdade de quem manda sobre quem obedece. Livre para contratar e demitir, livre para impor jornadas e salários, livre para acumular propriedade enquanto outros pagam para morar, circular e sobreviver. Não há troca voluntária quando a alternativa é fome, despejo ou abandono. O que chamam de contrato é coerção administrada.

Chamam isso de concorrência. Na prática, é hierarquia naturalizada. Pessoas disputam migalhas enquanto proprietários, acionistas e rentistas decidem quem terá acesso ao básico. O problema não é apenas quem lucra, mas a própria existência de posições que concentram poder de decisão sobre a vida alheia. Não basta trocar gestores — é preciso abolir a lógica do comando.

Quando empresas exigem algo, recebem subsídios, proteção policial e leis moldadas sob medida. Quando trabalhadores se organizam, enfrentam repressão, demissões e criminalização. O Estado não atua como árbitro neutro; opera como garantidor da ordem de mercado. Privatizar ou estatizar pouco altera se a estrutura permanece: poucos decidem, muitos obedecem.

O discurso do mercado transforma exploração em oportunidade. Se alguém não prospera, dizem que faltou esforço. Se alguém enriquece explorando o trabalho alheio, chamam de empreendedor. Assim, dominação vira mérito e submissão vira escolha pessoal. A violência estrutural desaparece sob a linguagem da responsabilidade individual.

O mercado não responde a necessidades humanas; responde à capacidade de pagamento. Produz abundância onde há dinheiro e escassez onde há gente. Alimentos são descartados por não serem lucrativos enquanto comunidades passam fome. Moradias ficam vazias esperando valorização enquanto famílias dormem nas ruas. Não é falha do sistema — é seu funcionamento normal.

Enquanto aceitarmos propriedade privada e hierarquia como naturais, aceitaremos que nossas vidas dependam da vontade de patrões, senhorios e gestores. Não existe mercado livre quando a sobrevivência é refém de quem controla recursos. Não existe liberdade quando viver significa obedecer.

Questionar o mercado não é propor outro centro de comando; é negar toda forma de comando sobre a vida. Defendemos organização horizontal, apoio mútuo e gestão direta dos espaços que habitamos e dos recursos que produzimos. A liberdade real começa quando deixamos de pedir permissão para existir e passamos a decidir coletivamente, sem patrões nem Estados, como queremos viver.

Na autogestão somos pessoas dignas e livres!

## **Sindicalismo: ferramenta de luta ou de contenção?**

Sindicatos deveriam assustar patrões. Deveriam ser instrumentos de luta direta, organização operária autônoma, poder dual que desafia a propriedade privada. Alguns foram. A maioria virou outra coisa: burocracia que negocia migalhas, correia de transmissão entre capital e trabalho, amortecedor de conflitos que poderiam explodir o sistema.

A história do sindicalismo é história de uma traição continuada — mas não inevitável. É história de disputa: entre sindicalismo revolucionário e sindicalismo pelego, entre organização por baixo e cooptação por cima, entre greve selvagem e acordo de cúpula.

No final do século XIX e início do XX, sindicatos eram perigosos. A CGT francesa praticava ação direta e sabotagem. A IWW nos Estados Unidos organizava todos os trabalhadores, sem divisão por ofício, raça ou nacionalidade, com objetivo explícito: greve geral para expropriar capitalistas. No Brasil, a Confederação Operária Brasileira (COB), fundada em 1906, coordenava dezenas de sindicatos anarquistas que promoveram as grandes greves de 1917 e 1919 em São Paulo e Rio de Janeiro, paralisando fábricas, bondes, portos. A CNT espanhola coordenou milhões, coletivizou fábricas e terras durante a Revolução de 1936. Esses sindicatos não pediam aumento salarial. Queriam acabar com salário.

O que aconteceu? Estados e patrões aprenderam que reprimir sindicatos gerava mártires e radicalizava trabalhadores. Mais eficiente era legalizar, regulamentar, domesticar. Criar estrutura legal que permite sindicatos — desde que joguem pelas regras. Brasil, a CLT de Vargas copiou modelo fascista italiano: sindicato único por categoria, atrelado ao Estado,

dirigentes controlados. Peleguismo não é desvio brasileiro. É estratégia global de neutralização.

Sindicatos legalizados precisam de registro oficial. Precisam seguir estatutos aprovados pelo Estado. Precisam negociar dentro de marcos legais. Greve vira direito regulamentado — com prazo de aviso prévio, serviços mínimos obrigatórios, proibição de piquetes efetivos. Transformam arma em ritual burocrático. Patrão sabe quando começa, quando termina, quanto custa. Não assusta ninguém.

Dirigentes sindicais viram profissionais. Ganham salário, às vezes melhor que trabalhadores que representam. Mantêm posição negociando, não confrontando. Greve prolongada ameaça receita do sindicato, estabilidade da diretoria, relação com governo. Melhor aceitar proposta “razoável” e declarar vitória. A base quer radicalizar? Diretoria modera. “Momento não é adequado”, “precisamos ser estratégicos”, “vitória possível é melhor que derrota heroica”.

O corporativismo divide. Sindicato de metalúrgicos não se solidariza com sindicato de professores. Cada categoria negocia separadamente, defende privilégios próprios, enxerga outras como concorrentes por recursos. Exatamente o que capital quer: trabalhadores fragmentados, incapazes de agir como classe. Enquanto brigam por migalhas, a mesa permanece intocada.

Centrais sindicais se aliam a partidos, participam de governos, administram fundos de pensão bilionários. CUT brasileira, que nasceu combativa nos anos 1980, virou apêndice do PT, defendeu reformas contra trabalhadores quando o partido governou. AFL-CIO estadunidense apoia imperialismo quando convém. Sindicatos europeus administram cogestão — participam da gestão capitalista em vez de combatê-la.

Mas sindicalismo de base resiste. Greves selvagens acontecem quando trabalhadores param sem avisar diretoria sindical. Piquetes efetivos bloqueiam produção de verdade. Ocupações de fábrica mostram que trabalhadores podem gerir sem patrões. Comissões de fábrica autônomas organizam por fora da estrutura oficial. Cada vez que a base ultrapassa a direção, o sindicalismo revela potencial original.

A questão não é sindicato sim ou não. É que tipo de sindicato. Sindicalismo revolucionário organiza para expropriar, não para negociar permanentemente. Pratica democracia direta em assembleias, não representação burocrática. Usa ação direta — greve, sabotagem, ocupação — não lobby e mesas de negociação. Solidariza-se com todas as lutas, não só da própria categoria. Prepara greve geral expropriadora, não greve regulamentada por direito burguês.

Sindicato de cúpula quer ser parceiro social reconhecido. Sindicato de base quer ser pesadelo do patrão. Um negocia condições da exploração. Outro combate a exploração em si.

Enquanto sindicatos aceitem legalidade que os domestica, estruturas que os burocratizam, função de amortecer conflito em vez de acirrar — serão contenção, não luta.

Ferramenta só liberta se empunhada para destruir a prisão, não para reformá-la.



## **PARTE IV - CONTROLE COTIDIANO: PODER QUE NÃO SE VÊ**

### **Mídia: quem controla a narrativa controla a realidade**

Você não vê o mundo. Vê a versão editada que chegou até você. Câmera escolhe enquadramento, editor seleciona fatos, manchete define interpretação. Antes de formar opinião, alguém já decidiu o que merece sua atenção, como deve ser entendido, qual emoção deve despertar. Chamam isso de jornalismo. É engenharia de percepção.

Mídia não reflete realidade. Constrói realidade. Decide o que existe e o que não existe no debate público. Greve de milhares some do noticiário — não aconteceu para quem só consome mídia corporativa. Massacre policial vira “confronto”. Ocupação vira “invasão”. Resistência vira “vandalismo”. Cada palavra é escolha política disfarçada de neutralidade técnica.

Observe quem controla. No Brasil, seis famílias dominam praticamente toda mídia de massa: Marinho (Globo), Macedo (Record), Abravanel (SBT), Saad (Band), Mesquita (Estadão), Frias (Folha). Bilionários decidindo o que 200 milhões devem saber, pensar, sentir. Nos Estados Unidos, cinco corporações controlam 90% da mídia. Na Itália, Berlusconi era dono de emissoras e primeiro-ministro simultaneamente. Conflito de interesse? Não. É o sistema funcionando como projetado.

Concentração midiática não é falha de mercado. É lógica de mercado. Produzir conteúdo em escala exige capital imenso. Quem tem capital? Quem se beneficia do sistema atual. Por que essas pessoas financiariam mídia que questiona fundamentos da ordem que as enriquece? Não financiam. Financiam mídia que naturaliza desigualdade, demoniza alternativas, apresenta capitalismo como único horizonte possível.

Publicidade é outro amo. Veículos vendem atenção de audiências para anunciantes. Quem anuncia? Corporações. Reportagem crítica sobre banco arranha relação com setor financeiro. Investigação sobre agrotóxico irrita agronegócio. Denúncia trabalhista incomoda montadoras. A autocensura é sutil, estrutural. Jornalista aprende o que “pega” e o que “não tem espaço”. Editor sabe quais pautas desagradam direção. Direção responde a acionistas e anunciantes, não ao público.

Durante a ditadura militar brasileira, Globo apoiou regime, censurou oposição, legitimou tortura. Não foi coação. Foi parceria. Regime garantia concessão pública de radiodifusão, Globo garantia apoio popular ao regime. Quando ditadura acabou, Globo não pagou pelo crime de colaboração. Manteve concessões, expandiu império, reescreveu própria

história. Apresenta-se hoje como defensora da democracia. Memória pública é o que a mídia decide lembrar.

Em 2013, manifestações massivas explodiram no Brasil. Mídia primeiro ignorou, depois demonizou, finalmente cooptou redirecionando pautas. Protestos contra aumento de tarifa viraram “manifestações apartidárias contra corrupção”. Narrativa foi sequestrada, reembalada, devolvida ao público domesticada. Quem controla narrativa controla o que revoltas significam.

Mídia alternativa existe nas margens. Jornalismo independente, rádios comunitárias, canais autogeridos, imprensa sindical. Sobrevivem com recursos mínimos, repressão constante, invisibilidade forçada. Rádios comunitárias são fechadas por “concessão irregular” enquanto oligopólios operam concessões públicas como propriedade privada há décadas.

Internet prometeu democratização. Entregou fragmentação. Algoritmos de redes sociais substituíram editores de jornal, mas exercem controle similar: decidem o que você vê com base em maximizar engajamento, não informar. Fake news proliferam porque indignação gera cliques. Polarização aumenta porque confronto retém atenção. Concentração continua: Google, Meta, Twitter nas mãos de bilionários que moldam fluxo informacional global.

O problema não é mídia ruim versus mídia boa. É propriedade privada da produção simbólica. Enquanto informação for mercadoria produzida por quem lucra com sistema atual, narrativa dominante sempre legitimará esse sistema. Objetividade jornalística é mito. Perspectiva de classe bilionária apresentada como senso comum universal.

Alternativa não é regular melhor mídia corporativa. É construir mídia sem donos. Comunicação horizontal, autogerida, financiada por quem consome, controlada por quem produz. Experiências existem: rádios livres, TVs comunitárias, coletivos de mídia ativista. São reprimidas precisamente porque demonstram que comunicação não precisa de magnatas.

Realidade não cabe em manchete. Conflitos são complexos, interesses são antagônicos, verdade é disputada. Mídia corporativa achata tudo em narrativa única, digerível, vendável. Dissenso vira barulho. Alternativa vira utopia. Revolta vira vandalismo.

Você não vai encontrar libertação em noticiário de bilionário. Vai encontrar versão da realidade que mantém bilionário no poder.

Questione não só a notícia. Questione quem escolheu noticiá-la.

## **Capitalismo de Vigilância: A Nova Arquitetura do Controle**

Seu telefone sabe onde você está. Suas buscas revelam o que você pensa. Suas compras mapeiam o que você deseja. Suas conversas alimentam algoritmos que preveem seu

comportamento. Prometeram que tecnologia libertaria. Entregaram a prisão mais sofisticada da história: uma onde você mesmo fornece os dados que te controlam.

Tecnologia não é neutra. Nunca foi. Cada ferramenta carrega a marca das relações de poder que a produziram. Guilhotina e metralhadora são ambas tecnologias — uma projetada para igualdade perante a morte, outra para massacre industrial de massas. Internet nasceu de projeto militar estadunidense. Não é acidente que se tornou infraestrutura de vigilância.

A promessa era libertadora: acesso universal ao conhecimento, comunicação horizontal, organização descentralizada. Primaverares árabes coordenadas por Facebook. Wikileaks expondo crimes de Estado. Anonymous atacando corporações. Por um momento breve, parecia que tecnologia favorecia insurgência contra poder concentrado.

O sistema aprendeu rápido. Corporações cercaram a internet. Google, Amazon, Meta, Apple, Microsoft — cinco empresas controlam infraestrutura que bilhões usam diariamente. Não são prestadoras de serviço. São senhoras feudais de territórios digitais. Você não usa suas plataformas. Você habita propriedades delas, sob regras delas, vigiado por sistemas deles.

Cada clique é minerado. Cada like é catalogado. Cada segundo de atenção é mercadoria vendida para anunciantes. Modelo de negócio não é vender produtos para você. É vender você para anunciantes. Seus dados, seus padrões, suas vulnerabilidades psicológicas — tudo empacotado, precificado, comercializado. Capitalismo de vigilância transformou intimidade em matéria-prima industrial.

Estados adoraram. China implementou crédito social: comportamento online determina acesso a serviços, empregos, transporte. Índia vincula biometria a tudo: sem registro digital, você não existe legalmente. Estados Unidos armazenam metadados de todas as comunicações. NSA espionou aliados, cidadãos, movimentos sociais. Snowden revelou, nada mudou estruturalmente. Vigilância em massa é política oficial.

Brasil não fica atrás. Reconhecimento facial instala-se em favelas, não em bairros ricos. Identifica manifestantes, mapeia circulação de periféricos, alimenta banco de dados policial. Abin grampeou adversários políticos. Empresas vendem dados de localização sem consentimento real. Aplicativos de banco rastreiam tudo. WhatsApp, ferramenta de comunicação popular, pertence a Meta — cada mensagem metadatada, cada grupo mapeado.

Tecnologia poderia emancipar. Código aberto demonstra produção colaborativa sem propriedade privada. Criptografia forte permite comunicação que Estados não decifram. Redes mesh descentralizam infraestrutura. Blockchain (além da especulação financeira) possibilita organização sem intermediários. Ferramentas existem. Mas infraestrutura está em mãos de quem lucra com vigilância.

Inteligência artificial é próximo campo de batalha. IA pode diagnosticar doenças, otimizar produção, liberar humanos de trabalho repetitivo. Ou pode automatizar vigilância,

substituir trabalhadores sem oferecer alternativa, concentrar poder em quem controla modelos e dados. Tecnologia não decide. Quem a controla decide.

O fetiche tecnológico é perigoso: acreditar que ferramentas resolvem problemas políticos. Aplicativo não substitui organização. Blockchain não destrói capitalismo. Rede social não faz revolução. Tecnologia amplifica o que já existe: se organização é horizontal, tecnologia facilita coordenação; se poder é concentrado, tecnologia aprofunda controle.

Cypherpunks entenderam cedo: privacidade requer arquitetura técnica que impossibilite vigilância, não legislação que a proíba. Leis são quebradas. Criptografia forte não é. Mas maioria usa plataformas que lucram com ausência de privacidade. Conveniência venceu segurança. Precisão de busca venceu anonimato. Gratuidade aparente venceu controle sobre dados.

Nada é gratuito. Quando produto é grátis, você é o produto. Gmail lê seus emails para direcionar publicidade. Alexa escuta sua casa para refinar perfil de consumo. TikTok vicia adolescentes enquanto exporta dados comportamentais. Cada tecnologia “conveniente” cobra preço em vigilância, manipulação, controle.

Ludditas não quebraram máquinas por ódio à tecnologia. Quebraram porque máquinas concentravam poder nas mãos de donos de fábrica, destruíam autonomia artesã, intensificavam exploração. Eram contra aquela tecnologia naquelas mãos. Postura inteligente.

Tecnologia emancipadora precisa ser construída por quem usa, controlada por quem usa, com código aberto verificável por qualquer um. Precisa descentralizar poder, não concentrá-lo. Precisa proteger privacidade por design, não promessa. Precisa servir necessidades humanas, não lucro corporativo.

Enquanto tecnologia for propriedade privada produzida para vigilância rentável, cada inovação será corrente mais sofisticada.

Seu smartphone é maravilha técnica. Também é tornazeleira eletrônica voluntária.

Questione não só o que a tecnologia faz. Questione a quem ela serve.

# PARTE V - CAMINHOS DE TRANSFORMAÇÃO: ALÉM DA JAULA

## Reformismo: por que consertar a jaula não liberta

A jaula é injusta. Barras enferrujadas, espaço apertado, comida ruim. Você reclama. Oferecem reforma: barras cromadas, jaula ampliada, ração premium. Aceitam até pintar de sua cor favorita. Continua preso. Mas agora a prisão é confortável, então questionar parece ingratidão. Essa é a lógica do reformismo: melhorar condições da opressão para torná-la tolerável, não destruí-la.

Reformas não são conquistas neutras. São concessões calculadas. Quando pressão popular ameaça estabilidade do sistema, elites concedem o mínimo necessário para dissipar revolta. Oito horas de trabalho não foram presente de patrões iluminados. Foram arrancadas por greves, sabotagens, conflitos violentos. Quando movimento operário parecia à beira da insurreição, capitalistas preferiram ceder jornada a perder fábricas.

O problema não é conquistar melhorias. É confundir melhoria com transformação. Salário mínimo mais alto não abole salário. Regulação trabalhista não elimina patrões. Impostos progressivos não destroem propriedade privada. Cada reforma mantém estrutura intacta enquanto ajusta detalhes. Sistema absorve concessões, adapta-se, permanece.

Pior: reformas legitimam o sistema. Se capitalismo concede direitos, parece reformável. Se Estado redistribui renda, parece corrigível. A lógica vira: “precisamos de políticas melhores”, não “precisamos destruir essas instituições”. Reformismo canaliza energia transformadora para demandas administráveis. Transforma revolta em pauta negociável.

Observe o ciclo histórico. New Deal nos Estados Unidos salvou capitalismo da crise de 1929, não o substituiu. Welfare state europeu pós-guerra deu concessões massivas — saúde pública, educação gratuita, seguro-desemprego. Não por bondade. Por medo de revoluções socialistas após guerra. Quando ameaça passou, começaram a dismantelar conquistas. Thatcher, Reagan, austeridade europeia — tudo que foi concedido pode ser retirado.

Brasil exemplifica bem. CLT consolidou direitos, também domesticou sindicatos. Constituição de 1988 expandiu garantias sociais, manteve estrutura de classe intacta. Governos petistas distribuíram renda via Bolsa Família, não tocaram em concentração de propriedade. Reformas melhoraram vida de milhões, mas capitalismo brasileiro saiu mais forte, não mais fraco. Quando conveniência política mudou, reformas viraram alvo.

Reformismo tem aliado poderoso: tempo. Revolução assusta porque promete ruptura imediata. Reforma tranquiliza porque promete mudança gradual, segura, “responsável”. Mas

gradualismo joga a favor de quem tem poder. Cada concessão parcial adia transformação radical. Cada melhoria incremental suga energia de movimentos que poderiam exigir tudo.

Reformistas dizem: “sejamos realistas, exijamos o possível”. Mas o possível é definido por quem? Pelo sistema que queremos transformar. Aceitar seus limites como nossos limites é derrota antecipada. Possível é o que luta torna possível. Impossível é o que desistimos de lutar.

A tática é insidiosa. Canalizam demandas radicais para instituições desenhadas para neutralizá-las. Greve vira negociação salarial. Ocupação vira programa habitacional. Expropriação vira reforma agrária controlada pelo Estado. Cada tradução institucional dilui radicalidade. O que era ruptura vira administração.

Não significa recusar toda melhoria concreta. Significa não confundir tática com estratégia. Conquistar aumento salarial hoje não substitui abolir salário amanhã. Arrancar concessão do Estado não significa acreditar que Estado pode se transformar em ferramenta de libertação. Usar contradições do sistema contra ele não é o mesmo que achar que sistema se reforma de dentro.

A diferença está na atitude. Reformista luta por migalhas achando que acumulando migalhas terá o pão. Revolucionário arranca concessões sabendo que nunca darão o pão inteiro — precisa tomar a padaria. Reformista negocia termos da exploração. Revolucionário prepara fim da exploração.

História é clara: nenhuma transformação estrutural veio de reformas acumuladas. Escravidão não foi abolida por melhorar condições de escravizados. Feudalismo não acabou por reformar servidão. Capitalismo não nasceu de ajustes no feudalismo — nasceu de sua destruição revolucionária. E capitalismo não será superado por regulações progressivas, mas por ruptura.

Reformismo é estratégia de contenção disfarçada de estratégia de transformação. Mantém horizonte de mudança sempre adiado, sempre parcial, sempre insuficiente. Promete que se você se comportar bem, negociar direito, esperar o momento adequado — um dia, quem sabe, as coisas melhoram significativamente. Nunca melhoram. Sistema concede o mínimo para manter o máximo.

Jaula reformada continua sendo jaula. Barras de ouro ainda aprisionam. Conforto na opressão não é liberdade.

Libertação não vem de negociar melhores termos com carcereiro. Vem de destruir a prisão.

## **Ação direta: quando parar de pedir permissão**

Há meses existe um buraco na rua do seu bairro.

Você pode fazer um abaixo-assinado pedindo reparo.

Pode ligar para a prefeitura e ouvir que “está na fila”.

Pode esperar as próximas eleições e votar em alguém que promete resolver.

Ou pode reunir alguns vizinhos, comprar material e consertar o buraco.

Isso é ação direta: resolver um problema coletivamente sem delegar a solução a intermediários.

Não se trata apenas de uma tática ocasional.

É um princípio simples: quem é afetado por um problema tem capacidade de agir sobre ele.

Não significa agir sozinho, nem improvisar. Significa organizar-se com outras pessoas, construir soluções concretas e assumir responsabilidade pelas próprias decisões.

A maior ameaça desse princípio é que ele dispensa grande parte das mediações que estruturam a vida política e econômica.

Grande parte das instituições existe para intermediar relações que poderiam ocorrer diretamente:

políticos mediam entre população e decisões públicas,

burocracias mediam entre necessidades sociais e execução,

empresas mediam entre trabalho e produção.

A ação direta encurta esse caminho. Ela mostra que muitas dessas mediações não são inevitáveis — são formas históricas de organizar poder.

Quando pessoas resolvem problemas coletivamente, certas estruturas deixam de parecer necessárias.

As formas de ação direta são diversas.

Uma greve é ação direta: trabalhadores suspendem a produção e usam sua própria força coletiva para alterar as condições de trabalho.

Uma ocupação de terra é ação direta: quem precisa produzir passa a usar uma área abandonada ou improdutiva.

Um boicote é ação direta: consumidores recusam um produto e atingem diretamente a fonte de lucro da empresa.

Desobediência coletiva também é ação direta: quando uma regra se torna insustentável e as pessoas simplesmente deixam de obedecer.

Bloqueios de rua, piquetes, ocupações, autogestão de espaços abandonados, redes de solidariedade, cozinhas comunitárias, hortas urbanas — todas essas práticas compartilham o mesmo princípio.

Elas não pedem mudanças.

Elas produzem mudanças concretas.

Em muitos casos, transformações sociais não ocorreram porque autoridades foram convencidas por argumentos. Ocorreram porque determinadas situações se tornaram ingovernáveis.

Quando milhares de pessoas passam por uma catraca sem pagar, por exemplo, a discussão deixa de ser abstrata. O sistema simplesmente deixa de funcionar como antes.

Nesse tipo de situação, decisões políticas não são tomadas por persuasão moral, mas por correlação de forças.

É por isso que práticas de ação direta costumam ser tratadas como ameaça.

Elas deslocam o centro da política: da representação para a capacidade de organização das próprias pessoas envolvidas.

Críticas comuns aparecem rapidamente.

Dizem que ação direta é ilegal, irresponsável ou violenta.

Mas legalidade e legitimidade nem sempre coincidem.

Existem leis que protegem estruturas de poder profundamente injustas, enquanto práticas que garantem sobrevivência coletiva podem ser consideradas crime.

Também é comum tratar qualquer ruptura da ordem existente como violência.

Mas muitas das violências mais profundas da sociedade são silenciosas e naturalizadas: fome, despejos, condições de trabalho que adoecem ou matam, desigualdades estruturais mantidas pela força.

Quando pessoas se organizam para resistir a essas condições, frequentemente estão reagindo a uma violência que já existia.

Nada disso significa que ação direta seja simples.

Ela exige organização — muitas vezes complexa.

Uma greve eficaz precisa de comunicação, coordenação entre setores, apoio mútuo e decisões coletivas.

Uma ocupação sustentável precisa de logística, divisão de tarefas, mecanismos de resolução de conflitos e relação com a comunidade ao redor.

Experiências autogestionadas exigem aprendizado constante: administrar recursos, tomar decisões coletivas, lidar com divergências.

Não há romantismo nisso. Há trabalho coletivo.

Ao longo da história, movimentos de trabalhadores, camponeses e comunidades urbanas desenvolveram formas sofisticadas de organização baseadas nesse princípio.

Sindicatos combativos, cooperativas, assembleias populares e redes de solidariedade funcionaram não apenas para reivindicar direitos, mas para construir na prática outras formas de viver e produzir.

Essas experiências nem sempre venceram. Muitas foram esmagadas por repressão, guerras ou divisões internas.

Mas deixaram um aprendizado importante: quando pessoas organizadas assumem diretamente a condução de suas vidas, estruturas que pareciam inevitáveis começam a parecer apenas contingentes.

A ação direta também acontece em escala cotidiana.

Um mutirão que constrói casas.

Uma horta comunitária em um terreno abandonado.

Uma rede de apoio que garante alimento para quem precisa.

Uma comunidade que decide coletivamente como usar um espaço comum.

Cada uma dessas situações reduz a dependência de instituições distantes e reforça a capacidade coletiva de agir.

Sociedades altamente hierarquizadas tendem a produzir dependência.

Dependência de empregos precários para sobreviver.

Dependência de mercados para acessar necessidades básicas.

Dependência de autoridades para resolver conflitos.

A ação direta segue na direção oposta.

Ela amplia autonomia.

E autonomia reorganiza relações de poder.

Talvez seja por isso que essas práticas sejam frequentemente desestimuladas ou reprimidas. Não apenas porque desafiam leis específicas, mas porque mostram algo mais profundo:

que pessoas organizadas são capazes de fazer muito mais do que lhes dizem ser possível.

A ação direta não resolve todos os problemas.

Mas ela tem uma característica rara na política institucional: produz resultados concretos no presente.

Sem esperar autorização.

Sem depender de promessas.

Quando pessoas deixam de pedir e começam a agir juntas, algo fundamental muda.

O problema continua existindo.

Mas agora existe também uma comunidade capaz de enfrentá-lo.

E isso transforma mais do que a situação imediata.

Transforma a própria ideia de quem tem poder para decidir.

## **Não existe dia da revolução**

A imagem que costuma surgir quando se fala em revolução é dramática.

Barricadas.

Bandeiras.

Multidões nas ruas.

Um momento decisivo.

O dia em que tudo muda.

Essa imagem não está completamente errada.

Mas está incompleta.

Revoluções que realmente transformaram relações de poder — em vez de apenas substituir governantes — raramente foram explosões isoladas. Foram processos longos, construídos ao longo de anos ou décadas, em múltiplas frentes da vida social.

Eventos dramáticos existem.

Mas eles são pontos de condensação de algo que vinha sendo preparado muito antes.

A tomada da Queda da Bastilha em 1789 tornou-se o símbolo da Revolução Francesa.

Mas antes daquele dia vieram décadas de transformações profundas: crítica filosófica ao absolutismo, expansão da esfera pública, crise fiscal do Estado, erosão da legitimidade monárquica, formação de clubes políticos, circulação de panfletos e debates sobre soberania popular.

Depois da Bastilha, o processo continuou por anos.

Conflitos entre projetos de sociedade, tentativas de reorganizar instituições, mobilização popular, repressão, contrarrevolução, avanços e retrocessos.

O evento dramático não foi a revolução em si.

Foi apenas um momento visível dentro de um processo muito mais amplo.

O mesmo padrão aparece em outras rupturas históricas.

A Revolução Russa de 1917 não começou em 1917. Ela foi precedida por décadas de organização operária, greves, debates teóricos, formação de partidos e experiências de auto-organização popular — incluindo os soviets que emergiram já durante a revolta de 1905.

A Revolução Espanhola de 1936 tampouco surgiu do nada. Durante décadas, sindicatos libertários construíram redes de solidariedade, estruturas organizativas e práticas de autogestão que prepararam trabalhadores para assumir diretamente a produção e a vida social quando a ordem estatal entrou em colapso.

Quando momentos de ruptura chegam, raramente são improvisações.

São acelerações súbitas de processos sociais que já estavam em curso.

Conhecimento acumulado.

Confiança organizativa.

Práticas coletivas sedimentadas.

Revolução como evento único é uma narrativa confortável para o poder estabelecido.

Se a transformação radical só ocorre em momentos excepcionais de crise, então todo o resto do tempo — a vida cotidiana — permanece naturalmente pertencendo à ordem existente.

Basta esperar que o “momento revolucionário” passe.

Historicamente, muitos Estados fizeram exatamente isso: isolar insurreições, ganhar tempo, reorganizar forças e então reprimir.

Mas quando entendemos revolução como processo, a perspectiva muda completamente.

Transformação social deixa de ser um episódio extraordinário e passa a ser uma construção cotidiana.

Ela ocorre quando comunidades experimentam formas de organização que escapam às hierarquias dominantes. Quando surgem redes de solidariedade capazes de funcionar fora da lógica estatal ou mercantil. Quando pessoas comuns descobrem, na prática, que podem governar a si mesmas.

Essas experiências não são ainda uma sociedade livre.

Mas são ensaios dela.

São espaços onde capacidades coletivas se desenvolvem.

E essas capacidades importam.

Greves, ocupações, levantes e insurreições ganham força quando se apoiam em redes sociais já existentes. Quando trabalhadores ocupam uma fábrica e conseguem mantê-la funcionando, isso raramente acontece apenas porque decidiram ocupá-la naquele momento.

Geralmente já existem:

conhecimento técnico,

experiência organizativa,

vínculos de confiança,

práticas anteriores de decisão coletiva.

Tudo isso se constrói antes.

E continua sendo construído depois.

Experiências contemporâneas também mostram essa dinâmica.

Na região conhecida como Rojava, no norte da Síria, estruturas de autogoverno não surgiram simplesmente da guerra civil. Décadas de organização do movimento curdo haviam produzido experiências de democracia de base, assembleias locais e redes comunitárias que serviram de base quando o poder estatal se retraiu.

Nada disso eliminou contradições.

A experiência permanece atravessada por pressões militares, disputas internas e condicionamentos geopolíticos.

Processos revolucionários raramente ocorrem em condições puras.

Mesmo assim, eles demonstram que formas alternativas de organização social podem emergir quando práticas coletivas já existem.

Algo semelhante ocorre com o movimento zapatista no sul do México.

Desde a insurreição de 1994, o Exército Zapatista de Libertação Nacional não concentrou seus esforços na conquista do poder estatal. Em vez disso, construiu autonomia territorial: educação própria, sistemas comunitários de justiça, formas cooperativas de produção e assembleias locais de decisão.

Décadas depois, o experimento continua.

Não como modelo acabado.

Mas como processo em permanente transformação.

Essa é uma característica fundamental das revoluções entendidas como processos: elas são cumulativas, mas não lineares.

Experiências fracassam.

Movimentos recuam.

Comunidades são reprimidas.

Mas mesmo derrotas podem deixar aprendizados.

A Comuna de Paris de 1871 durou apenas dois meses.

Foi esmagada com brutalidade.

Ainda assim, demonstrou algo que antes parecia impensável: trabalhadores podiam administrar uma cidade, reorganizar serviços públicos e experimentar formas de autogoverno sem uma estrutura estatal tradicional.

Essa memória alimentou gerações posteriores de movimentos sociais.

Processos revolucionários raramente possuem um centro único de direção.

Na verdade, centros únicos tendem a produzir novos problemas: burocratização, concentração de poder, distanciamento entre dirigentes e base social.

Processos descentralizados, ao contrário, possuem uma forma diferente de resiliência.

Múltiplas experiências podem coexistir, aprender umas com as outras, adaptar-se a contextos diferentes.

Quando uma é reprimida, outras continuam.

Quando uma se burocratiza, outras mantêm radicalidade.

Quando uma erra, outras podem aprender.

Isso exige abandonar a ideia de uma vanguarda iluminada que conduz a sociedade rumo ao futuro.

Exige confiar na capacidade das pessoas comuns de experimentar, errar, reorganizar e aprender coletivamente.

Isso não significa ausência de estratégia.

Significa uma estratégia distribuída.

Uma inteligência política que emerge da prática social, não de um centro de comando.

Ao mesmo tempo, processos revolucionários enfrentam uma tensão inevitável entre dois movimentos complementares.

De um lado, a construção do novo dentro do velho: criação de espaços de autonomia, práticas de autogestão, formas não hierárquicas de decisão e produção.

De outro, o confronto com as estruturas que sustentam a ordem existente: resistência à repressão, disputa por recursos, interrupção das rotinas que reproduzem exploração e dominação.

Cada um desses movimentos isoladamente é insuficiente.

A construção sem confronto tende a ser absorvida ou neutralizada.

O confronto sem construção tende a se esgotar rapidamente, sem conseguir produzir alternativas viáveis.

É a interação entre ambos que constitui um processo revolucionário.

Não existe manual definitivo para esse processo.

Não existe uma linha reta que conduza automaticamente do presente a uma sociedade livre.

Existem experiências, conflitos, erros e improvisações.

Muitos problemas só aparecem quando novas formas de organização começam realmente a funcionar.

E isso revela outra dimensão frequentemente esquecida.

A revolução não termina quando o poder antigo cai.

Em muitos sentidos, ela começa ali.

Porque então surge a tarefa mais difícil: transformar relações sociais sem recriar as hierarquias que se pretendia abolir.

Evitar que organizações libertadoras se convertam em novas estruturas de dominação.

Evitar que administradores substituam governantes.

Evitar que a lógica do poder retorne sob novos nomes.

Esse aprendizado não pode ser antecipado completamente.

Ele ocorre apenas na prática.

É por isso que revolução não é evento.

É processo.

Não é a substituição instantânea de uma ordem por outra.

É uma transformação contínua das formas de viver, produzir, decidir e cooperar.

Ela acontece cada vez que pessoas organizam coletivamente suas vidas sem recorrer a hierarquias impostas.

Cada vez que decisões são tomadas horizontalmente.

Cada vez que solidariedade substitui competição.

Cada vez que comunidades descobrem, na prática, que podem governar a si mesmas.

Revolução não é algo que acontecerá um dia.

É algo que começa sempre que agimos como se a sociedade livre já estivesse em construção.

E é esse agir coletivo, acumulado e persistente — esse processo social longo e imprevisível — que torna possível transformar o mundo.



# PARTE VI - VIOLÊNCIA E LEGITIMIDADE: QUEBRANDO TABUS

## Quem decide o que é violência?

Violência é condenável.

Pelo menos, é o que se repete constantemente.

Mas a condenação nunca é uniforme.

Depende de quem exerce.

Depende de contra quem é exercida.

Depende de quem controla a narrativa sobre o que conta como violência.

O Estado moderno se define, entre outras coisas, pelo monopólio do uso legítimo da força.

Essa é a formulação clássica de Max Weber.

Apenas o Estado pode exercer coerção física de forma reconhecida como legal.

Apenas suas instituições — polícia, forças armadas, sistema prisional — têm autorização social para usar violência.

Qualquer uso de força fora desse monopólio é tratado como ilegítimo.

Crime, vandalismo, terrorismo.

Mas essa divisão entre violência legítima e ilegítima não é neutra.

Ela é política.

E oculta algo fundamental: o monopólio estatal da violência não a torna menos violenta.

Apenas a torna mais organizada.

Mais sistemática.

Mais difícil de contestar.

Policiais matam.

Mas mortes cometidas por agentes do Estado raramente são tratadas como assassinatos.

São “confrontos”, “uso de força necessário”, “legítima defesa”.

Mesmo quando vítimas estão desarmadas.

Mesmo quando há execução sumária.

Mesmo quando padrões raciais e de classe são evidentes.

No Brasil, polícia mata mais de seis mil pessoas por ano.

Jovens negros e periféricos são maioria absoluta das vítimas.

Mas essas mortes entram em estatísticas como “resistência seguida de morte”, categoria jurídica que presume legitimidade da ação policial.

Quantos policiais são condenados?

Quantos sequer são julgados?

A violência estatal é sistêmica, mas naturalizada.

Prisões torturam.

Condições degradantes, superlotação, espancamentos, isolamento, privação de direitos básicos.

Tudo isso é violência.

Mas é violência legal.

Sancionada por tribunais, administrada por funcionários públicos, financiada com recursos do Estado.

Ninguém chama prisão de violência.

Chamam de justiça.

Despejos também são violentos.

Famílias arrancadas de suas casas.

Pertences destruídos.

Comunidades desfeitas.

Mas juízes assinam mandados, oficiais de justiça cumprem ordens, polícia garante execução.

Violência legal.

Violência do direito de propriedade.

Guerras são violência em escala industrial.

Estados mobilizam exércitos, bombardeiam cidades, matam civis.

Quando vencem, escrevem a história como defesa da liberdade, da democracia, da ordem internacional.

Quando perdem, são acusados de crimes de guerra.

Mas em ambos os casos, a violência foi praticada por Estados.

Com estruturas militares, orçamentos públicos, legitimação institucional.

Iraque, Afeganistão, Síria, Iêmen.

Centenas de milhares de mortos.

Violência legítima?

Ou apenas violência monopolizada por quem tem poder suficiente para justificá-la?

O interessante é o que não conta como violência.

Fome em um mundo que produz alimento suficiente para todos não é tratada como violência.

É “insegurança alimentar”.

Pessoas morrendo por falta de acesso a medicamentos que existem, mas custam caro demais, não é violência.

É “mercado farmacêutico”.

Trabalhadores adoecendo em condições insalubres, morrendo em acidentes evitáveis, não é violência.

É “risco ocupacional”.

Essa violência é estrutural.

Não tem rosto.

Não tem autor identificável.

É difusa, sistemática, contínua.

E exatamente por isso, raramente é chamada de violência.

Mas mata mais do que qualquer insurreição, qualquer protesto, qualquer ação direta.

Quando pessoas resistem a essa violência estrutural, aí sim a violência se torna visível.

Quebram uma vidraça, e vira manchete.

Bloqueiam uma rua, e é vandalismo.

Ocupam um prédio abandonado, e é crime contra a propriedade.

Nenhuma dessas ações mata.

Mas são tratadas como intoleráveis.

Enquanto isso, violência que mata silenciosamente — fome, falta de moradia, trabalho que adocece — segue invisível.

A questão não é se violência é aceitável ou não.

A questão é: por que apenas certas formas de violência são reconhecidas como violência?

Por que a violência dos oprimidos contra coisas é mais condenada que a violência dos opressores contra pessoas?

Por que quebrar vidraça de banco gera mais indignação que banco despejar família?

Por que incendiar ônibus em protesto choca mais que condições de transporte que matam por exaustão, acidente, estresse?

Não se trata de glorificar violência.

Mas de reconhecer que o mundo já é profundamente violento.

E que essa violência não é caótica.

É organizada.

Beneficia alguns, esmaga outros.

E quem mais se beneficia tem controle sobre o que será considerado legítimo ou ilegítimo.

Movimentos de libertação sempre enfrentaram esse dilema.

Resistir pacificamente pode ser esmagado sem custo político para opressores.

Resistir com força pode ser usado para justificar repressão ainda maior.

Não há resposta simples.

Mas há uma clareza: julgar ética da resistência sem julgar ética da opressão que a provocou é aceitar os termos de quem oprime.

A violência do oprimido contra estruturas de dominação não é moralmente equivalente à violência do opressor para manter dominação.

Uma reage.

A outra inicia e perpetua.

Mesmo quando ambas usam força física.

O Estado não tem monopólio legítimo da violência.

Tem monopólio do poder de definir o que conta como legítimo.

E usa esse monopólio para naturalizar a própria violência enquanto criminaliza resistência.

A legitimidade não vem da lei.

A lei reflete relações de poder.

Legitimidade vem de justiça.

E justiça não está do lado de quem mantém ordem violenta.

Está do lado de quem luta para destruí-la.

Questionar a violência é necessário.

Mas questionar apenas a violência dos que resistem, nunca a dos que dominam, é cumplicidade.

Violência estatal não é legítima porque é legal.

É legal porque Estado tem poder de legislar em causa própria.

E isso não é legitimidade.

É ilegitimidade monopolizada.

## **Pacifismo não é princípio: é privilégio**

Pacifismo soa nobre.

Rejeitar violência. Buscar diálogo. Resolver conflitos sem derramamento de sangue.

Quem poderia discordar?

O problema não está na preferência pela não-violência.

Está em transformar essa preferência em imperativo moral universal.

Em exigir que todos, em todas as circunstâncias, renunciem ao uso de força — independentemente da violência que enfrentam.

Essa exigência raramente vem de quem está sob bota.

Vem de quem pode escolher não reagir porque não está sendo esmagado.

Pacifismo absoluto é luxo de quem tem margem de segurança.

De quem não enfrenta violência existencial cotidiana.

De quem pode esperar que instituições resolvam conflitos porque instituições não foram desenhadas para destruí-lo.

Para uma pessoa branca de classe média, chamar a polícia pode ser opção razoável.

Para uma pessoa negra e pobre, polícia é ameaça, não proteção.

Para alguém com propriedade, recorrer ao sistema legal faz sentido.

Para quem não tem nada, lei protege quem tem contra quem não tem.

Exigir pacifismo de quem a sociedade violenta estruturalmente é exigir submissão.

É dizer: aceite a violência que sofre, mas não reaja.

Apanhe, mas não revide.

Morra, mas morra com dignidade moral.

Essa não é ética.

É manutenção da ordem através da paralisia moral dos oprimidos.

A história mostra isso repetidamente.

Gandhi é celebrado como ícone do pacifismo.

Mas independência da Índia não veio apenas de desobediência civil não-violenta.

Veio também de insurreições armadas que o Império Britânico temia, de pressões econômicas do pós-guerra, de cálculo político sobre custos de manter colônias.

O pacifismo de Gandhi foi tática possível em contexto específico.

Contra regime que, por razões próprias — imagem internacional, crise interna — tinha limites na brutalidade que empregaria contra movimento de massas.

Não foi princípio universal aplicável em qualquer situação.

Martin Luther King Jr. também é lembrado pelo pacifismo.

Menos lembrado é que foi assassinado.

Que ativistas do movimento por direitos civis foram espancados, presos, mortos.

Que o Estado respondeu com violência mesmo à resistência não-violenta.

E que avanços legislativos vieram não apenas de marchas pacíficas, mas também do medo branco de insurreições urbanas — de Watts a Detroit, de Newark a centenas de cidades onde comunidades negras responderam com força à violência policial.

Pacifismo de King era estratégia dentro de movimento mais amplo.

Onde outros defendiam autodefesa armada — Panteras Negras, Malcolm X, Deacons for Defense.

A combinação de táticas criou pressão que forçou concessões.

Isolar apenas o componente pacifista e apresentá-lo como único caminho moralmente aceitável é reescrever história.

É apagar quem lutou de outras formas.

É deslegitimar resistência que não se encaixa em narrativa confortável.

Comunidades indígenas enfrentam genocídio há cinco séculos.

Resistiram com armas quando podiam.

Resistiram sem armas quando não podiam.

Exigir que aceitem pacificamente a própria extinção é obsceno.

Quando Palestinos resistem à ocupação, são condenados pela violência.

Mas vivem sob bloqueio, assentamentos ilegais, expulsões, bombardeios.

Que forma de resistência seria aceitável para quem exige pacifismo?

Protestos pacíficos são reprimidos.

Boicotes são criminalizados.

Apelos a instituições internacionais são ignorados há décadas.

Pacifismo, nesse contexto, é convite à aniquilação lenta.

Mulheres que matam agressores em legítima defesa são condenadas por violência.

Mas sobreviveram a anos de espancamentos, ameaças, terror doméstico.

Sistema legal raramente as protege.

Quando finalmente reagem, sistema legal as pune.

Exigir que continuem apanhando pacificamente é crueldade disfarçada de moralidade.

Isso não significa glorificar violência.

Violência causa sofrimento.

Destrói vidas.

Deixa traumas.

Ninguém deveria desejar viver em conflito permanente.

Mas reconhecer isso não é o mesmo que exigir pacifismo de quem não tem escolha.

Existe diferença moral entre violência de agressão e violência de defesa.

Entre violência para manter dominação e violência para resistir a ela.

Entre violência do opressor e violência do oprimido.

Nem sempre são equivalentes.

E tratá-las como se fossem é neutralidade que favorece opressor.

Pacifismo estratégico pode ser escolha legítima.

Quando comunidade decide, coletivamente, que recusar violência é tática mais eficaz em determinado contexto — isso é decisão autônoma.

Mas impor pacifismo de fora, como condição para solidariedade, como critério de legitimidade — isso é controle.

É dizer: só apoio sua luta se você lutar do jeito que eu aprovo.

Do jeito que não me incomoda.

Do jeito que não desafia meu conforto moral.

Muitas vezes, quem exige pacifismo não enfrenta consequências da opressão que condena.

Não vive sob ocupação.

Não enfrenta polícia que mata.

Não está em situação de sobrevivência imediata.

Pode debater ética da resistência confortavelmente.

Enquanto isso, quem resiste decide entre opções ruins.

Todas com custo alto.

E é fácil julgar de longe.

A questão não deveria ser: pacifismo sim ou não.

Deveria ser: quem está enfrentando violência tem direito de decidir como resistir.

Solidariedade não condiciona apoio ao método de luta.

Solidariedade apoia luta.

Respeita decisões de quem arrisca a vida.

Não impõe limites morais convenientes para quem observa de posição segura.

Pacifismo pode ser escolha pessoal respeitável.

Recusar participar de violência por convicção própria é legítimo.

Mas transformar convicção pessoal em exigência universal para todos que resistem à opressão é autoritário.

E quando essa exigência vem de quem não enfrenta a mesma opressão, não é princípio.

É privilégio de poder escolher.

Privilégio de não estar encurralado.

Privilégio de ter alternativas.

Nem todos têm esse privilégio.

E é violento exigir que ajam como se tivessem.

Questione quem condena resistência mas tolera opressão.

Quem exige pacifismo dos oprimidos mas não exige justiça dos opressores.

Quem trata vidraça quebrada como tragédia maior que vida quebrada.

Pacifismo imposto não é paz.

É silenciamento.

E silêncio, diante da violência estrutural, nunca foi neutralidade.

É cumplicidade.



## POSFÁCIO: E agora?

Se você chegou até aqui, algo já se moveu.

Talvez não uma convicção inteira.

Talvez apenas uma pequena fratura em algo que antes parecia sólido.

Uma pergunta nova.

Uma suspeita.

Uma dificuldade inesperada em aceitar como inevitável aquilo que durante muito tempo pareceu natural.

Isso basta para começar!

Porque transformações profundas raramente nascem de certezas completas.

Elas começam quando aquilo que parecia imóvel revela fissuras.

Quando a obediência deixa de parecer automática.

Quando a hierarquia perde a aparência de destino.

Quando você percebe que o mundo existente não é o único possível.

Mas perceber não transforma.

Ver com clareza não basta.

Toda lucidez carrega uma pergunta difícil: e agora?

O que fazer quando aquilo que antes organizava sua visão do mundo deixa de parecer incontestável?

A resposta mais honesta continua sendo a mais incômoda: não existe uma única resposta.

Não existe roteiro definitivo.

Nenhuma sequência de passos garante a travessia para uma sociedade livre.

Toda vez que alguém prometeu esse mapa completo, terminou produzindo novas formas de obediência.

Porque sociedades não se movem como máquinas.

Movem-se como conflitos vivos!

Avançam em múltiplas direções.

Erram!

Interrompem-se!

Recomeçam!

Criam caminhos que ninguém previa!

Desfazem caminhos que pareciam seguros!

Toda transformação real nasce nesse terreno incerto.

Ainda assim, há direções reconhecíveis.

Não como programa fechado.

Mas como experiências que, repetidas em tempos e lugares distintos, mostraram potência.

Organize-se!

Quase tudo que resiste de forma duradoura nasce de vínculos.

Não de gestos isolados.

Não de heroísmos individuais.

Mas de relações construídas lentamente entre pessoas que aprendem a confiar umas nas outras.

Isso pode nascer no trabalho.

No bairro.

Na escola.

Em torno de necessidades imediatas.

Moradia.

Transporte.

Alimentação.

Cuidado.

Defesa comum.

Às vezes começa pequeno: uma biblioteca livre, uma horta coletiva, uma rede de apoio mútuo, um grupo de estudo, uma assembleia de poucas pessoas.

Mas quase sempre é assim que algo maior começa: não como espetáculo, mas como tecido.

A condição é simples e difícil: que ninguém se torne centro permanente.

Que decisões circulem. Que poder não se acumule.

Porque organização não é escada para alcançar comando. É aprendizagem concreta de relações que não reproduzam domínio.

Pratique ação direta!

Toda vez que uma comunidade resolve por si aquilo que aprendeu a delegar, algo muda.

Nem tudo pode ser resolvido localmente.

Mas muito mais pode ser construído sem intermediação do que nos ensinaram a acreditar.

Ação direta não é apenas confronto, também é criação!

É resolver sem pedir autorização quando a autorização existe para manter dependência.

É produzir alimento, distribuir cuidado, defender pessoas ameaçadas, criar redes de solidariedade.

Resolver conflitos sem entregar imediatamente a vida comum a aparelhos punitivos.

Às vezes a ação direta quase não aparece.

Mas justamente por isso transforma.

Porque constrói autonomia onde antes havia hábito de esperar.

E autonomia cresce como força silenciosa: quanto mais exercida, menos abstrata se torna.

Estude!

Não apenas teoria.

Teoria sozinha endurece.

Estude histórias!

Tentativas interrompidas.

Experiências esquecidas.

Comunas derrotadas.

Sindicatos esmagados.

Territórios autogeridos.

Redes clandestinas.

Movimentos que abriram brechas e depois desapareceram.

Nada disso pertence ao passado morto.

Tudo isso continua oferecendo perguntas.

Porque quase nada que hoje parece impossível é realmente inédito.

Muitas impossibilidades já foram experimentadas. Algumas fracassaram.

Outras sobreviveram tempo suficiente para provar que a imaginação social sempre foi maior do que a ordem permitia admitir.

Estudo não substitui prática.

Mas prática sem memória repete derrotas antigas como se fossem descobertas novas.

Não espere pelo momento perfeito. Ele não virá!

Sempre faltará alguma coisa... mais gente... mais recursos... mais clareza... mais coragem... mais tempo!

Toda época produz razões convincentes para adiar.

Mas a história raramente muda quando tudo está pronto.

Ela muda quando alguém começa apesar da insuficiência.

E aprende enquanto faz.

O início quase sempre parece pequeno demais para justificar esperança. Mas quase tudo que depois parece inevitável começou assim: precário, incerto, parcial.

Conecte lutas!

Nenhuma dominação existe sozinha.

Cada hierarquia aprende a sustentar outras.

Por isso nenhuma libertação permanece inteira se aceita silenciosamente outras formas de opressão.

Não basta recusar comando político e conservar patriarcado.

Não basta enfrentar exploração econômica e naturalizar racismo.

Não basta defender autonomia local e ignorar colonialismo.

Toda liberdade parcial corre risco de se tornar nova exclusão!

Por isso solidariedade é mais difícil do que afinidade.

E mais necessária.

Aceite que haverá conflito.

Nenhuma estrutura poderosa desaparece porque foi criticada com clareza suficiente.

Nenhum sistema recua apenas porque sua violência foi demonstrada.  
Toda ordem organizada para concentrar poder aprende também a defender-se.  
Com repressão. Com cooptação. Com promessas. Com cansaço. Com divisão. Com medo.

Isso não significa derrota inevitável!

Significa apenas que lucidez política exige abandonar ilusões confortáveis.

Quem detém poder raramente o abandona espontaneamente.

E toda transformação profunda encontrará resistência proporcional ao que ameaça.

Cuide de si e de quem luta com você!

Porque nenhuma luta longa sobrevive apenas de convicção.

Corpos cansam.

Laços rompem.

Desgaste silencioso destrói mais processos do que derrotas visíveis.

Por isso cuidado não é pausa privada fora da política.

É parte da própria capacidade coletiva de continuar.

Construir apoio mútuo também significa reconhecer fragilidade.

Saber recuar sem desaparecer.

Descansar sem abandonar.

Celebrar sem ingenuidade.

Persistir sem transformar sacrifício em identidade.

Não há grandeza em destruir-se.

Há apenas perdas acumuladas.

Não idealize comunidade.

Nenhuma forma horizontal elimina conflitos humanos.

Ao contrário: às vezes os torna mais visíveis.

Porque sem autoridade externa, tudo que antes era ocultado reaparece: traumas, ressentimentos, hábitos de mando, medos antigos, preconceitos aprendidos.

Autogestão nunca foi pureza!

Sempre foi trabalho difícil, aprender a divergir sem produzir novas dominações.

Criar responsabilização sem repetir punição.

Construir confiança sem apagar conflito.

Nada disso surge espontaneamente.

Tudo exige prática paciente.

Não espere unanimidade.

Nem todas as pessoas desejam transformação profunda.

Algumas porque se beneficiam da ordem existente.

Outras porque temem o desconhecido.

Outras porque acreditam sinceramente em outras formas de organização.

Isso faz parte de qualquer sociedade real.

Nenhum processo vivo nasce da unanimidade!

Ele nasce quando pessoas suficientes decidem experimentar outras relações apesar da incerteza.

Sem exigir conversão total do mundo para começar.

Lembre-se: isso não termina.

Liberdade não é chegada, nunca foi.

Não existe momento em que a história finalmente se estabiliza em forma justa e definitiva.

Toda relação humana cria novos riscos de poder.

Toda conquista abre novos problemas.

Toda geração reencontra velhas tentações de hierarquia sob novas linguagens.

Por isso liberdade não é estado final, é vigilância viva!

É capacidade contínua de impedir que novas dominações se consolidem.

Isso exige energia e exige imaginação.

Mas também oferece algo raro: a possibilidade de viver já, aqui, fragmentos do mundo que ainda parece distante.

Porque nenhuma transformação começa apenas depois.

Ela começa nas relações que você já escolhe construir.

Nos limites que recusa aceitar.

Nos vínculos que decide sustentar.

Este livro termina aqui.

Mas aquilo que ele propõe não conhece encerramento simples.

Porque o poder nunca deixa de tentar parecer natural outra vez.

Sempre retorna com novas justificativas.

Novas promessas.

Novos medos.

Novas linguagens de necessidade.

Por isso desnaturalizar é tarefa permanente.

Não como obsessão.

Mas como lucidez histórica.

E talvez seja isso que importa guardar ao final: em muitos lugares, agora mesmo, pessoas que você nunca conhecerá estão tentando.

Construindo assembleias.

Defendendo territórios.

Partilhando recursos.

Inventando formas precárias, imperfeitas, reais de viver sem aceitar totalmente a ordem dada.

Não são maioria.

Talvez nunca tenham sido.

Mas toda história profunda começou muitas vezes assim: pequena, dispersa, quase invisível, e ainda assim irreversível.

Outro mundo não aparece primeiro como vitória.

Aparece como prática.

Como insistência.

Como recusa.

Como construção paciente contra a evidência dominante.

O que você fará com isso ninguém pode responder por você.

Mas quase nada de importante se faz sozinho.

Por isso, mais do que sorte: que você encontre pessoas.

E que, juntas, consigam sustentar o que hoje ainda parece improvável!

**Na luta, sempre seremos dignas e livres!**



# NOTAS PARA LEITURA COMPLEMENTAR

Organizadas em categorias:

## **Textos Clássicos:**

Piotr Kropotkin - Ajuda Mútua: Um Fator de Evolução

Errico Malatesta - Anarquismo e Organização

Emma Goldman - Anarquismo e Outros Ensaios

Mikhail Bakunin - Deus e o Estado

Pierre-Joseph Proudhon - O Que É a Propriedade?

## **Textos Contemporâneos:**

David Graeber - Fragmentos de Antropologia Anarquista

James C. Scott - A Arte de Não Ser Governado

Silvia Federici - Calibã e a Bruxa

Abdullah Öcalan - Confederalismo Democrático

Cindy Milstein - Anarquismo e Seus Aspirantes

## **História e Experiências:**

Murray Bookchin - Os Anarquistas Espanhóis

Peter Arshinov - História do Movimento Makhnovista

Sam Dolgoff - A Revolução Espanhola Autogerida

Dilar Dirik - A Revolução de Rojava

## **Filosofia e Método:**

Paul Feyerabend - Contra o Método

Michel Foucault - Vigiar e Punir

Pierre Clastres - A Sociedade Contra o Estado

Colin Ward - Anarquia em Ação

## Coletâneas em Português:

Faíscas: Pequena Antologia da Imprensa Anarquista

Verve: Revista do Nu-Sol (Núcleo de Sociabilidade Libertária)



## GLOSSÁRIO DE CONCEITOS ANARQUISTAS

Este glossário reúne termos fundamentais do pensamento e prática libertários mencionados ao longo do livro. Cada definição busca apresentar o conceito de forma acessível, contextualizando-o dentro da tradição anarquista.

Os conceitos aqui reunidos não são abstrações teóricas — são ferramentas práticas de organização social que foram (e continuam sendo) experimentadas em diferentes contextos históricos e geográficos.

**Ação Direta:** Prática de agir diretamente para resolver um problema ou defender uma reivindicação, sem intermediários como partidos, representantes ou instituições.

**Ajuda Mútua:** Cooperação solidária entre pessoas ou grupos para satisfazer necessidades comuns, baseada no apoio recíproco.

**Anarco-Comunismo:** Corrente anarquista que defende propriedade coletiva dos meios de produção e distribuição segundo as necessidades, sem Estado nem mercado.

**Anarco-Sindicalismo:** Estratégia anarquista que organiza trabalhadores em sindicatos combativos para luta econômica e transformação social.

**Autonomia:** Capacidade de indivíduos ou coletivos decidirem por si mesmos, sem submissão a autoridades externas.

**Autogestão:** Organização direta de atividades sociais, econômicas ou políticas pelas próprias pessoas envolvidas.

**Confederação:** Articulação entre federações ou coletivos autônomos que cooperam preservando independência local.

**Consenso:** Forma de decisão baseada na construção de acordo coletivo, buscando atender todas as posições envolvidas.

**Democracia Direta:** Sistema em que decisões são tomadas diretamente pelas pessoas afetadas, sem representantes permanentes.

**Expropriação:** Retirada do controle privado sobre recursos, terras ou meios de produção para uso coletivo.

**Federação:** União voluntária entre grupos autônomos que se coordenam por acordos comuns.

**Horizontalidade:** Organização sem hierarquias fixas, com participação igualitária nas decisões.

**Individualismo Anarquista:** Corrente que enfatiza liberdade individual, autonomia pessoal e crítica a toda forma de dominação social.

**Insurreição:** Levantamento ou ruptura direta contra estruturas de poder estabelecidas.

**Livre Associação:** Princípio segundo o qual pessoas se organizam livremente, sem coerção.

**Mandato Imperativo:** Delegação com função específica e revogável, em que quem representa deve seguir decisões coletivas.

**Mutualismo:** Corrente anarquista baseada em cooperação econômica, reciprocidade e troca sem exploração.

**Plataformismo:** Proposta organizativa que defende unidade teórica, tática e responsabilidade coletiva entre anarquistas.

**Poder Popular:** Capacidade coletiva de organização social construída de baixo para cima, fora das estruturas dominantes.

**Política Prefigurativa:** Prática de construir no presente relações sociais coerentes com a sociedade desejada.

**Propaganda pelo Ato:** Ideia de que ações concretas podem ter força pedagógica e inspirar transformação social.

**Sintetismo:** Modelo organizativo que reúne diferentes correntes anarquistas numa mesma federação ampla.

**Sociedade sem Classes:** Organização social sem divisões baseadas em propriedade, privilégio ou exploração.

**Solidariedade:** Compromisso ativo de apoio entre pessoas em luta ou em situação comum.

**Zona Autônoma:** Espaço físico ou social organizado temporária ou permanentemente fora do controle institucional dominante.

